



Fórum Brasileiro
de Economia Solidária

SCS Quadra 6 – Bloco A
Edifício Arnaldo Villares, sala 514
70.324-900 Brasília – DF

FÓRUM BRASILEIRO DE
ECONOMIA SOLIDÁRIA

Fone/Fax: (61)3965-3268
E-mail: forum@fbes.org.br
Página: www.fbes.org.br



economia **solidária**
Outra economia acontece

VIII Reunião da Coordenação Nacional

27 a 30 de novembro de 2008

Relatoria: secretaria executiva do FBES

Índice

A. Programação.....	3
B. Análise de conjuntura.....	3
B.1. Exposição de Paul Singer.....	3
B.2. Debate.....	5
C. Eleição da Coordenação Executiva.....	7
C.1. Definição da composição da Coordenação Executiva.....	7
C.2. Definição das entidades nacionais da Coordenação Nacional do FBES.....	8
C.3. Indicação dos nomes da coordenação executiva.....	8
D. Apresentação do balanço dos segmentos.....	9
D.1. Empreendimentos.....	9
D.2. Rede de gestores.....	10
D.3. Entidades de assessoria (locais e nacionais).....	11
E. Deliberação dos itens do Anexo A do relatório da IV Plenária.....	12
F. Prestação de contas e Sustentabilidade do FBES.....	16
F.1. Abertura.....	16
F.2. Apresentação da prestação de contas do FBES.....	17
G. Plano de ação triênio 2009-2011.....	20
G.1. Linhas de ação definidas para o próximo triênio.....	20
G.2. Resultados por linha de ação.....	21
G.2.1. <i>Linha 1: Fortalecimento político e organizacional dos Fóruns Estaduais, consolidação/constituição de Fóruns microrregionais e municipais para maior integração e interiorização do FBES, e articulação macrorregional entre Fóruns Estaduais.....</i>	<i>21</i>
G.2.2. <i>Linha 2: Fortalecimento dos empreendimentos solidários como atores econômicos nos territórios, buscando sua organização em redes e cadeias nos campos da produção, comercialização, logística, consumo e finanças solidárias como estratégia para um outro modelo de desenvolvimento.....</i>	<i>22</i>

<i>G.2.3. Linha 3: Proposição, mobilização e incidência para políticas públicas de reconhecimento e fomento da economia solidária como estratégia para um outro modelo de desenvolvimento. Incluir a incidência regional.....</i>	<i>24</i>
<i>G.2.4. Linha 4: Divulgação da Economia Solidária junto à sociedade pela construção de outro modelo de desenvolvimento.....</i>	<i>25</i>
<i>G.2.5. Linha 5: Articulação com outros movimentos sociais e atores da sociedade civil organizada alinhados na construção de outro modelo de desenvolvimento e criação de espaços de articulação e alianças internacionais para o fortalecimento da Economia Solidária mundialmente, em especial na América Latina.....</i>	<i>26</i>
<i>G.2.6. Linha 6: Estratégias para a sustentabilidade e autonomia financeira dos Fóruns Nacional e Locais, nas dimensões: auto-financiamento (fundos, selo, banners no site, doações, etc); captação de recursos públicos; e cooperação internacional.....</i>	<i>27</i>
H. Diálogo com movimentos sociais.....	28
H.1. Exposições.....	28
H.2. Debate.....	33
I. Mesa de diálogo com o governo federal.....	36
I.1. Exposições.....	36
I.2. Debate.....	40
J. Informes.....	44
K. Indicação do empreendimento representando a Região Sul na Coordenação Executiva.....	44
L. Avaliação.....	44
M. Anexos.....	45
M.1. Texto do Grupo 3 para reflexão.....	45
M.2. Mesa de diálogo com outros movimentos: pontos de convergência e perspectivas...	46
M.3. Síntese do relatório financeiro.....	48
M.4. Deliberações da I Reunião do GT de gênero do FBES.....	48
<i>M.4.1. Sentidos e Objetivos.....</i>	<i>48</i>
<i>M.4.2. Estratégias de ações.....</i>	<i>49</i>
M.5. Participantes da VIII Reunião da Coordenação Nacional.....	49

A. Programação

Nos dias 27 a 30 de novembro de 2008 ocorreu a VIII Reunião da Coordenação Nacional do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (lista de participantes no Anexo I), com a seguinte programação:

Período	27/11/08	28/11/08	29/11/08	30/11/08
manhã	* Abertura e aprovação da programação * Balanço das ações do FBES e da Economia Solidária desde a VII reunião da coordenação nacional * Análise de conjuntura nacional e internacional (Paul Singer – SENAES)	* Apresentação do balanço de cada segmento, resultado da reunião por segmentos do dia anterior * Deliberação sobre os 25 pontos do anexo A do relatório da IV Plenária Nacional restantes	* Apresentação da Comissão Pró-FSM09 sobre o FSM09, e debate * Definição das principais linhas de ação do FBES para o próximo triênio * Trabalho em grupos: proposição das principais ações e metas do FBES para os três anos	* Informes * Apresentação dos grupos e aprovação do plano de ação trienal do FBES * Agenda e encaminhamentos
tarde	* Eleição da coordenação executiva: definição da composição, reunião por segmentos e escolha dos nomes	* Apresentação da prestação de contas 2004-2008 e debate sobre sustentabilidade do FBES * Apresentação e partilha dos planejamentos estaduais, por macrorregião	* Continuação do trabalho em grupos	* Avaliação * Volta aos estados
noite	* 1ª Reunião da nova Coordenação Executiva com participação da Coordenação Executiva anterior * Noite cultural	* Mesa com outros atores da sociedade civil: que alianças e ações comuns são possíveis com o FBES? - Fabíola Zerbini – FACES do Brasil - Maria Emília Pacheco (ANA e FBSAN) - Leila (Fórum EJA) - Neneide (Marcha Mundial das Mulheres)	* Mesa com governo federal: balanço dos programas de economia solidária, legislação e conselho nacional de economia solidária - Quenes Gonzaga (SGPR) - Fábio Sanchez (SENAES/ MTE) - Vital Filho (SDT/ MDA) - Marcelo Piccin (SESAN/ MDS)	

B. Análise de conjuntura

Esta é a programação definitiva, após leitura, modificações e aprovação. Após a aprovação, Shirlei Almeida (IMS) conduziu um processo de lembrança de todas as ações do FBES desde a VII Reunião da Coordenação Nacional. Para consulta a respeito das atividades do FBES neste período e mesmo antes, sugerimos a leitura do Anexo G do Relatório da IV Plenária de Economia Solidária, disponível na página do FBES (www.FBES.org.br) na seção “biblioteca -> atividades do FBES -> plenárias -> IV Plenária”.

Em seguida, ainda pela manhã, Paul Singer, Secretário Nacional de Economia Solidária, fez uma análise de conjuntura, num momento coordenado por Luigi Verardo (Anteag) e Sandra Nishimura (Rede de Gestores) que teve também um momento de debate com os/as presentes.

Luigi

Faremos uma fala de Paul Singer. Depois faremos um debate, e é importante lembrar o que é uma análise de conjuntura: é um momento de vermos questões internacionais, nacionais, integrando as dimensões política e econômica.

B.1. Exposição de Paul Singer

Tentarei ser sucinto, pois desejo ouvir vocês.

No dia 12 de dezembro teremos um Congresso de Incubadoras do Brasil, em São Paulo (USP), e estou na mesa de abertura com o seguinte tema: o que fazer quando as fábricas não fecham?

O tema é inusitado, e pode até mesmo ser fora de época, pois o crescimento da ES, nos anos 90, inclusive no começo do século 21, foi em cima de situações em que as fábricas fecham, e uma parte crescente destas fábricas são assumidas por seus trabalhadores.

Uma pesquisa da ANTEAG fala de pelo menos 700 empresas que passaram por isso. E elas normalmente nascem com mercado e equipes muito qualificadas e coesas, que têm um histórico de lutas (mas não têm muito capital). Catende é um grande exemplo disso, que até hoje passa por grandes lutas, desde 13 anos.

Acho que pode haver agora uma mudança de conjuntura: o tema foi pensado quando estávamos em um clima de crescimento grande, mas agora estamos entrando numa crise financeira mundial, que começa em setembro com a falência de um grande banco americano (Lehman Brothers), e esta crise está afetando a todos os países: nenhum escapa. Até setembro deste ano, a economia brasileira vinha crescendo extremamente bem, e esperava-se algo como 6%, e é provável que teremos um quadriênio (4 anos) de crescimento muito bom. Mas pode ser que já estejamos passando por uma mudança importante.

Há pouco tempo as falas da cúpula da presidência era de que o Brasil não seria afetado, mas agora o discurso mudou. Todos os governos que têm regime neoliberal estão fazendo políticas anti-cíclicas, ou seja, fazendo o que podem para evitar que a economia real seja brutalmente atingida. Mas não tem nada que ver com 29: não acho que estejamos à beira de uma crise como aquela, que demorou 10 anos e só terminou quando houve a Guerra Mundial.

Portanto não é motivo de pânico. Mas que fábricas vão fechar, vão. Acredito que no ano que vem haverá um crescimento menor que este ano, mas não será uma recessão, nem nos países que estão puxando a economia mundial.

Os EUA estatizaram praticamente todos os grandes bancos para segurar, e isso está sendo feito por muitos governos, inclusive o Brasil. Não há motivo de mudar minha discussão do dia 16. Acho melhor pensarmos o que a ES vai fazer numa situação de continuação do que vem acontecendo nos últimos 4 anos: num país que cresce, e que cresce com distribuição de renda, nítida redução da riqueza, etc. Isso, pelo menos até 2010, deve se manter.

Temos que trabalhar com as pessoas que querem entrar na ES por acreditar que ela seja muito melhor que a Economia Capitalista, com suas hierarquias, etc. Temos que ser cada vez mais uma alternativa positiva ao capitalismo: ou seja, mesmo que o capitalismo não expulse pessoas do mercado de trabalho, deve ser uma alternativa de quem não quer mandar, nem quer obedecer. Isso é a marca de nossa diferença, portanto tenho certeza que cresceremos com mais qualidade a partir daí. Nosso crescimento até hoje foi ligado ao desespero (não ter alternativa). Mas hoje acredito que as pessoas que ficam muitos anos na ES, poucas decidem voltar ao capitalismo quando têm oportunidade. Temos tido um grande crescimento da ES, e hoje acredito que deveremos 2 milhões a 2 milhões e meio de pessoas na ES.

A força de atração é o nosso valor. A crise do capitalismo mostra fatos que impactam diretamente os trabalhadores. A ES neste ponto de vista é claramente superior.

Fora do Brasil, relacionado a esta epopéia da ES no Brasil, estão acontecendo muitas coisas. Na A.L. temos contatos estreitos com vários países. A ES na América do Sul inteira existe, e cada vez mais na América Central. O Congresso de ES no México ocorreu em Chiapas, e isso não foi a toa.

Acabo de voltar da Alemanha: lá a ES está, a partir do Congresso que fizeram há 2 anos atrás, se expandindo com grande velocidade. E seu processo é semelhante ao nosso, em parte por nos imitarem: começaram pelas incubadoras, depois foi o mapeamento, que estão fazendo num trecho de um estado alemão, parecido com o nosso. O avanço da ES na Europa ocorre em grande parte inspirado pelo que construímos.

O Congresso na Alemanha teve a participação de vários atores, de forma muito parecida com o nosso país. E descobriram que tinha ES em vários locais da ES, e não tinham uma identidade comum. E agora todos aceitam com tranquilidade esta identidade, sem resistência. A França já tem uma história mais longa. A Áustria fará um congresso em fevereiro de 2009, e em regiões pobres eles têm ações de economia solidária e desenvolvimento local, pois há processos de eliminação total de populações rurais, que vão para a zona urbana.

Há um lugar no sul da França em que se cria carneiros, mas a lã era jogada fora, pois não valia a pena vender pelo preço. Aí os estudantes, na década de 60, passaram a se interessar, em nome de questões ambientais, por estas áreas que estavam sendo praticamente esvaziadas. Lá se criou uma cooperativa de produtos feitos com lã, e com

isso se criou mercado para os produtores de lã, e mais que isso fizeram um museu sobre a história cultural da lã, e isso atraiu muitos turistas. Isso demonstra a força da ES, é só um exemplo.

Com crise ou sem crise, a ES está crescendo e tende a crescer, no mundo inteiro.

Teremos um FSM em Belém, que será histórico, pois será na Amazônia. Esperamos algo como 200 mil participantes, muitos deles da Amazônica, vindo de barco mesmo dos países vizinhos.

Como haverá muitos milhares de pessoas da ES do mundo inteiro, propus de fazermos um Encontro Mundial de ES durante o FSM. Não estou inventando nada, pois eles acontecem em outros temas. A Ripess aceitou a idéia, e sinceramente espero que aconteça e a gente possa ter uma visão mais concreta do que é a ES no mundo.

Ganharemos muito com a diversidade do que vem de cada país. Acho que a ES é que será o socialismo do século XXI. O Equador fez isso também, inclusive em sua constituição. Portanto a ES tem aparecido no plano institucional.

E a ES no Brasil está muito na vanguarda. Nenhum país tem algo como o FBES, mais a SENAES, o CNES, a rede de gestores, etc. Existe uma enorme curiosidade sobre o que acontece da ES no país. Não estou conseguindo cumprir nem ¼ dos convites que recebo, pois meu papel é ficar por aqui.

Obrigado.

B.2. Debate

Lenivaldo

Sempre que ouço o Singer, saio animado: o senhor é muito otimista. Meu sentimento é que a SENAES está diminuindo no MTE, e nosso sentimento é que não anda. Houve mudanças no MTE, e na atual gestão do MTE sinto que a SENAES diminui.

Concordo que do ponto de vista da rua, dos trabalhadores, etc, a ES cresce no país, e mesmo politicamente, como se sentiu em várias campanhas políticas municipais.

Das políticas públicas para os empreendimentos, não tivemos muita inovação neste muito ano, pelo contrário, muitas restrições. E não é só pelas ONGs e empreendimentos da ES, isso é um dado que precisamos trabalhar. No contexto da crise, estas coisas tendem a retroceder sobre nós, a ficar mais duro sobre nós.

Silvio (SC)

Sou de um empreendimento rural, perto da fronteira com a Argentina. Dezenas de milhares de trabalhadores da indústria leiteira estão sofrendo uma verdadeira crise na região.

Partilho com o Lenivaldo o fato de que muito não avançou em termos de políticas.

Por exemplo, será possível um marco legal para a ES? No nosso estado há mais de 600 empreendimentos solidários mapeados. O marco legal regulador, ainda nos resta esperança de ocorrer algo?

Rosemary (Onda Solidária)

Tenho visto a organização que eu trabalhava (FASE) numa grande crise e redução, tanto por causa da crise do apoio internacional (crise da cooperação internacional). Das 300 entidades da ABONG que apoiam economicamente empreendimentos, uns 180 estão simplesmente fechando. Mas além da captação internacional, os recursos públicos brasileiros são impossíveis de acessar.

A Ripess vem propondo a organização dos segmentos distintos: dos empreendimentos (federações etc), entidades com suas associações. O Brasil não tem uma política de cooperação internacional, nem com a África, nem com Portugal. Falamos de fazer cooperação, mas não temos matrizes para fazer isso. Ou fazemos um tripé de cooperação com recursos da Europa e da América do Norte, ou ficaremos restritos a eventos.

Milton (RS)

Estamos falando de pacotes americanos, europeus, chineses. Mas o pacote chinês é diferente do americano ou europeu, pois é para fomentar a produção, como o do Brasil.

No RS o setor calçadista está demitindo a rodo, estamos com vários impactos. E a ES, como está na corrida do PAC, mas há muitos investimentos que não estamos preparados para entrar neste nível de produção (obras, estradas, habitação, roupas, alimentação para bolsa família). Se estamos tendo um grande impulso estatal: como construir uma grande aliança com o estado que daria uma grande alavancagem na economia solidária e para o país?

Daniel (MG)

Nós, em 2002, tínhamos que ouvir os representantes da OCB rirem quando formamos nossa incubadora, e vejo que cada vez mais somos alternativos.

Em 2003 fiz uma intervenção com relação aos projetos socialistas de sociedade, entendendo que a ES, em suas contribuições, é um projeto com um fim em si mesmo, mas sim a construção de um socialismo real e possível. O que vejo hoje neste cenário é, se nós temos que construir o socialismo real, não é o momento de crise o momento adequado para apresentarmos propostas efetivas para outro desenvolvimento?

É hora de construirmos um projeto, não um pacote, efetivo contra o capitalismo.

Como desenvolver a relação do FBES com a SENAES, e quais os entraves que vocês vêm de repasse de recursos para os empreendimentos solidários e o movimento.

Singer

Há uma ofensiva da direita contra as políticas sociais de qualquer natureza feitas pelas entidades sem fins lucrativos da Sociedade Civil: isso toda a todas as entidades, mais de 300 mil entidades. No mínimo umas 6 mil são o cerne da revolução social que acontece neste país.

Esta ofensiva da direita paralisou o governo federal inteiro: saúde, educação, MDA, MDS, e o MTE também. E, no MTE, nós. Este ano está praticamente perdido: só temos um mês. Mesmo que sobre dinheiro, não conseguiremos executar. Há uma reação dentro do governo: o artigo que publiquei na Folha, que teve repercussão dentro do governo. Foi uma pena não haver repercussão da sociedade civil, nem de vocês, infelizmente. Só teve uma carta ao leitor, de Moacir Gadotti, apoiando a carta. Nossa capacidade de reação, para a opinião pública, é zero.

Estamos tendo que interromper nossas políticas! Nenhum dos 6 centros públicos de formação foram realmente instalados. Pouco do orçamento que temos, estamos conseguindo passar para os catadores, e agora para o Brasil Local. Só.

Mas não ficaremos eternamente nesta situação, mas estamos muito atrasados. Há um pouco de debate na cúpula do governo. Mas na sociedade civil: onde estão nossos sindicatos? Onde estão mesmo as ONGs? Grandes entidades estão investindo tudo numa audiência com o Lula: mas o Lula não vai responder, pois não tem resposta! Então não adianta sermos ingênuos. É preciso mobilizarmos nossos aliados, rumo à opinião pública!

As ONGs têm pauta própria, e o último decreto já concede, mas o problema é que a base tá travada: não conseguimos fechar convênios! O furo está muito mais embaixo. Já valeu a pena eu estar aqui para dizer isso.

Não há problema algum entre o FBES e a SENAES. Houve tensionamentos na IV Plenária, mas isso já foi superado com o Seminário que realizamos. O problema é grande, e afeta a todos, mas não a nossa relação. Das 4 reuniões que teríamos do Conselho Nacional, só tivemos uma este ano! Tudo está parado, e isso não é intenção de nosso ministro do trabalho.

Está na hora de uma campanha forte, mas tendo como alvo não o presidente, pois ele pouco pode fazer: tem que ser sobre a opinião pública. A batalha tem que ser frente à opinião pública, pois não está sabendo absolutamente nada.

Fiz uma análise de conjuntura positiva pelo fato de estarmos indo muito bem enquanto movimento, mas o apoio governamental está completamente parado, e pode continuar, se continuarmos sendo algumas vozes falando sozinhas.

Esta crise que afeta a esquerda brasileira, e afeta o que temos de melhor, é algo que precisamos reagir. Pode ser algo até mesmo orquestrado pela direita internacionalmente, pois tenho ouvido coisas de vários países. O movimento das ONGs tem feito muita coisa, e em grande medida com recursos públicos.

Luigi

Temos realmente que saber reagir e reivindicar, e temos hoje condições para reagir e nos mobilizarmos. É importante avançarmos.

C. Eleição da Coordenação Executiva

À tarde do dia 27 de novembro, deu-se todo o processo de definição da composição da Coordenação Executiva e escolha dos/as novos/as integrantes. A metodologia adotada foi a seguinte: Num primeiro momento, a plenária se dedicou a definir a composição da Coordenação Executiva, entre as duas propostas que ficaram pendentes da IV Plenária Nacional. Depois disso, foi feito o levantamento das comprovações dos Fóruns Estaduais de quais Entidades Nacionais estariam participando efetivamente de seu Fórum Estadual. As entidades com comprovação de participação em no mínimo 7 Fóruns Estaduais são as que hoje compõem a Coordenação Nacional, além das/dos representantes dos Fóruns Estaduais (3 por estado). Por fim, num terceiro momento, a plenária se dividiu por segmentos, e cada segmento fez o debate e indicação dos nomes de seu segmento para a Coordenação Executiva, além de fazerem uma reflexão de balanço da situação política e econômica de cada segmento.

C.1. Definição da composição da Coordenação Executiva

Este é o item 18 do Anexo A do Relatório da IV Plenária de Economia Solidária, que tem 2 propostas:

- **Proposta 1:** Composição de 13 integrantes, sendo 7 representantes de empreendimentos (2 do nordeste, 2 do norte, 1 do sul, 1 do sudeste e 1 do centro-oeste), 5 representantes das entidades e redes nacionais, e 1 representante da rede de gestores.
- **Proposta 2:** Composição de 15 integrantes, sendo 7 representantes de empreendimentos (2 do nordeste, 2 do norte, 1 do sul, 1 do sudeste e 1 do centro-oeste), 3 de entidades nacionais de representação de empreendimentos, 3 de entidades nacionais de apoio e 2 gestores, sendo 1 da rede e um do governo federal.

Antes de se proceder à votação, houve um debate a respeito da Proposta 2, em que foi sugerida a alteração de sua redação para que fosse simplesmente “2 gestores organizados em rede”, e não 1 da rede e outro do governo federal, pois isso seria contrário à deliberação anterior de que gestores apenas participam do FBES se organizados em rede. Contrários a esta proposta disseram que, como este foi o texto debatido pelos Fóruns Estaduais, não deveria haver a modificação neste momento de nenhum dos textos das proposições do Anexo A resultantes da IV Plenária Nacional. Quando foi feita votação, aprovou-se pela manutenção dos textos das propostas de composição e demais do Anexo A do Relatório.

Depois de resolvido este ponto, procedeu-se à votação entre as duas propostas, com falas defendendo cada uma da proposta e então contagem dos votos da plenária. A proposta 1 foi a escolhida, com **44 votos**, enquanto a proposta 2 teve **27 votos** e houve **6 abstenções**.

Fica então decidida a composição da Coordenação Executiva:

Composição de 13 integrantes, sendo 7 representantes de empreendimentos (2 do nordeste, 2 do norte, 1 do sul, 1 do sudeste e 1 do centro-oeste), 5 representantes das entidades e redes nacionais, e 1 representante da rede de gestores.

C.2. Definição das entidades nacionais da Coordenação Nacional do FBES

Foi apresentado um quadro geral que apontava as comprovações de participação das entidades nacionais em cada um dos fóruns estaduais de Economia Solidária. Sete entidades tiveram sua atuação comprovada por pelo menos 7 Fóruns Estaduais. São elas: Anteag, Cáritas Brasileira, IMS, Rede de ITCPs, Unicafes, UNISOL e UNITRABALHO.

Entidades com atuação confirmada em 7 ou mais Fóruns Estaduais

Segue abaixo o quadro final de comprovações de cada entidade em cada fórum estadual do FBES, em ordem alfabética:

Entidade	Fóruns que confirmaram a participação da entidade	Número de estados
ANTEAG	SP, PE, SC, MS, RJ, PR, GO, CE	8
Cáritas	MG, MA, PB, PE, SC, AC, CE, RJ, PR, AL, RS, BA, SE, AM	14
IMS	RJ, MG, MS, SE, AC, CE, PE	7
Rede ITCPs	MG, PE, MS, SC, SP, RS, PR	7
UNICAFES	PE, BA, RJ, MA, RN, TO, AL	7
UNISOL	SP, PB, AC, BA, RS, SC, RR	7
UNITRABALHO	PB, AC, MS, RR, MT, AM, PI, DF	8

Entidades com atuação confirmada em menos de 7 Fóruns Estaduais

Além das entidades acima, outras 9 foram confirmadas como tendo atuação em pelo menos um Fórum Estadual, mas menos que 7 Fóruns Estaduais. Desta maneira, estas entidades não compõem a Coordenação Nacional, mas é importante mencioná-las, em ordem alfabética:

Entidade	Fóruns que confirmaram a participação da entidade	Número de estados
ADS/CUT	PE, PB, AC, PR, RR	5
Capina	RJ	1
FASE	MT	1
IBASE	RJ	1
Moradia e Cidadania	PR	1
PACS	RJ	1
Rede Abelha	RN	1
Rede Economia e Feminismo	RN	1
Visão Mundial	AM	1

C.3. Indicação dos nomes da coordenação executiva

Definidas a composição da Coordenação Executiva e as entidades nacionais que compõem hoje a Coordenação Nacional do FBES, os segmentos se reuniram durante o resto da tarde, e, além de fazerem um balanço da realidade política e econômica de seu segmento, indicaram os nomes, que são os seguintes:

Empreendimentos solidários

Norte

- **Titular 1:** Márcia Silvia de Lima (AC); **Suplente 1:** Jaqueline Goiano Vanzeler (RR)
- **Titular 2:** Andréia Christianne da Silva (RO); **Suplente 2:** Maria do Perpetuo Socorro Santos Barreto (AM)

Nordeste

- **Titular 1:** Ana Regina Pinto (PB); **Suplente 1:** Rosana Oliveira Pontes de Souza

(PE)

- **Titular 2:** Valdener Miranda (MA); **Suplente 2:** Francisca Eliane de Lima Viana – Neneide (RN)

Centro-Oeste

- **Titular:** Maria Odília Rogado da Silva (GO); **Suplente :** Urbano Ramos de Sene (MT)

Sudeste

- **Titular:** Sônia Maria Braz da Silva (RJ); **Suplente :** Renato Silveira Martins (SP)

Sul

A região Sul não chegou a um consenso quanto ao nome de empreendimento que representará sua região da Coordenação Executiva.

Entidades nacionais

- **Titular 1:** Luigi Verardo (Anteag); **Suplente 1:** Francisca Rodrigues da Silva (Anteag)
- **Titular 2:** Shirlei Almeida Silva (IMS); **Suplente 2:** Rodrigo Pires (Cáritas Brasileira)
- **Titular 3:** Arildo Mota Lopes (Unisol); **Suplente 3:** Nelsa Ines Fabian Nespolo (Unisol)
- **Titular 4:** Clóvis Vailant (Unitrabalho); **Suplente 4:** Ana Mercedes Sarria Icaza (Rede de ITCPs)
- **Titular 5:** Christiane Almeida (Unicafes); **Suplente 5:** José Paulo Crisóstomo Ferreira (Unicafes)

Rede de gestores

- **Titular:** Sandra Nishimura (PR) ; **Suplente:** A definir

D. Apresentação do balanço dos segmentos

No segundo dia (29/11), pela manhã, os segmentos apresentaram um balanço como fruto dos trabalhos do dia anterior.

D.1. Empreendimentos

- * Alguns prefeitos do Partido dos Trabalhadores têm sensibilidade para a economia solidária.
- * Falta de estruturação dos fóruns municipais e micro-regional em alguns estados;
- * Distanciamento da DRT (SRT) dos fóruns de economia solidária em alguns estados;
- * Falta de políticas públicas de fomento para os empreendimentos de economia solidária;
- * Falta de preparação de algumas entidades de assessoria para realizar trabalhos com os empreendimentos no campo da assessoria.
- * As feiras ainda são o principal espaço de comercialização dos empreendimentos;
- * Os empreendimentos devem iniciar o debate dentro da economia solidária por ramo de atividade;
- * Marco Legal - dificuldade com a legalização dos empreendimentos;
- * A maioria dos parlamentares apóia a economia solidária como resolução de problemas pontuais
- * Espaço físico para feiras permanentes de ecosol;

- * Criação de programas de estímulo a economia solidária em alguns estados;
- * A falta de formalização dos empreendimentos é considerada um problema para comercialização;
- * Porque os empreendimentos de economia solidária não contribuem financeiramente com o fórum?
- * Sentimento de desânimo após a IV Plenária Nacional;
- * Criação de fundo (R\$) para fomento as atividades de economia solidária
- * Os empreendimentos precisam se organizar nacionalmente, assim como os demais segmentos da economia solidária;
- * Alguns empreendimentos ainda não internalizaram a importância da economia solidária;
- * O forte dos fóruns são os empreendimentos;
- * Avanço em alguns municípios e estados com criação de leis de fomento a economia solidária.

D.2. Rede de gestores

Sandra Nishimura – Apresentação sobre o que é a Rede de Gestores

- * A Rede de Gestores é uma articulação de gestores(as) de políticas de economia solidária que atuam em Prefeituras e Governos Estaduais.
- * A Rede tem como principais objetivos:
 - proporcionar intercâmbio, interlocução, interação, sistematização, proposição de políticas públicas governamentais e realização de projetos comuns para o fomento e desenvolvimento da economia solidária;
 - qualificar a proposição e ações desenvolvidas a partir dos órgãos de governo para este segmento.
 - contribuir para ampliação, cada vez mais, do debate e a proposição de ferramentas adequadas dentro do Estado brasileiro para o fomento ao desenvolvimento da economia solidária;
 - estimular e fortalecer a organização e participação social deste segmento nas decisões sobre as políticas públicas.
- * São integrantes da Rede de Gestores: Gestores(as) indicados pelos órgãos públicos municipais e estaduais que desenvolvem políticas de economia solidária.
- * Os critérios para se incorporar à rede são os seguintes:
 - Manifestar concordância com os objetivos da Rede e contribuir para enfrentar os desafios que ela se propõe;
 - Estar de acordo com os princípios e a plataforma do Fórum Brasileiro de Economia Solidária;
 - Participar dos Fóruns Estaduais ou Municipais de Economia Popular Solidária;
 - Estar desenvolvendo ou implementando efetivamente políticas locais ou estaduais de fomento à economia.

Sandra Nishimura – Balanço sobre o segmento dos gestores

- * Contribuição na reflexão e elaboração de legislações específicas nos âmbitos municipal e estadual para Economia Solidária.
- * Criação de equipamentos públicos – Centros Públicos de Economia Solidária e Incubadoras Públicas.
- * Aporte de recursos orçamentários em Municípios e Estados, em fundos específicos ou compartilhados – PPA, LDO, LOA.
- * Inclusão da Ecosol nos Planos Diretores dos Municípios.
- * Projeto de Formação de Gestores – Cursos e Seminários. (quadro efetivo)
- * Construção de Sítio na Internet e Boletim Eletrônico
- * Registro e socialização dos resultados e experiências, reflexões dos cursos e seminários (pesquisas, livros).
- * Participação nos espaços de construção coletiva e fortalecimento da Ecosol (Plenárias, Conferências, Encontros, Fóruns, Conselhos, etc.)

- * Contribuição para a efetivação do SIES – Políticas Públicas
- * Diálogo com as diferentes áreas de políticas públicas – transversalidade-intersectorialidade.
- * Apoio à comercialização – feiras estaduais, municipais e eventos.
- * Apoio com assessorias técnicas com capacitação.
- * Difusão e debate sobre a política pública de ecosol – sistema público de ecosol (seminários, cursos, pesquisas, publicações).
- * Apoio ao desenvolvimento e acesso a tecnologias sociais.
- * Cenário das eleições municipais: boa parte dos gestores da rede vêm de municípios que se reelegeram. Nos municípios de novos prefeitos, não sabemos os nomes ainda. Há uma perspectiva de crescimento: estamos convidando os novos prefeitos: vemos um potencial de mais de 500 prefeitos que vêm do campo democrático, e neste sentido é muito importante vocês, nos municípios, questionarem e perceberem os potenciais de alavancar novos programas.

Sandra Nishimura – Dificuldades:

- * estrutura: o estado não foi feito para trabalhar a ES, e isso acaba atravancando ou impossibilitando o maior desenvolvimento no campo da ES. Por isso é necessário o enfrentamento da questão e organização do movimento.
- * Alianças: alianças das prefeituras e estados acabam dificultando os trabalhos dos gestores.

Carbonar

A Rede de Gestores não é uma instância de governo: somos uma instância do movimento.

Ao final do debate, Sandra entregou um documento sobre os gestores para os Fóruns Estaduais.

D.3. Entidades de assessoria (locais e nacionais)

Daniel Sucupira (MG) - Reflexões (folha 1)

Tratamos de uma grande problemática em relação ao trabalho das entidades.

Como resistir à ofensiva da direita e garantir nossa sustentabilidade política e financeira? Tudo isso que tem acontecido, como a CPI das ONGs não é por acaso: existe uma acusação da direita de que os programas sociais do governo Lula são uma malha eleitoral. O que se chama de criminalização dos movimentos sociais nos afeta diretamente. Boa parte do que conquistamos é fruto de recursos públicos.

É preciso fortalecer a agenda e demandas dos fóruns estaduais. O FBES tem que ter sua agenda, mas cada estado tem que ter sua agenda própria, pois senão ficam apenas nas questões nacionais. As entidades estaduais precisam também de trocas locais. Esta autonomia dos fóruns bem organizados já existe, mas nos fóruns mais frágeis há falta de autonomia.

Outra coisa complicada é a parte de composição da coordenação executiva: as entidades estaduais ficam alheia nesta composição. Claro que não dá para termos incorporação das entidades estaduais na executiva, mas é preciso aumentar ou qualificar os instrumentos de comunicação entre as entidades.

Relação com os movimentos sociais: após a IV plenária temos condição de fazer uma relação qualificada com os movimentos sociais, pois temos mais claro nosso projeto de sociedade.

Há a necessidade de sanarmos problemas de relações entre entidades e empreendimentos: temos que intensificar um diálogo maior, e juntar o máximo possível nossas forças. Todos nós somos trabalhadores da ES, em diferentes espaços. Esta coisa de sempre dividir os segmentos pode atrapalhar. Defendemos uma maior complementaridade.

Daniel Sucupira (MG) - Sugestões (folha 2)

- Fortalecer a rede de formadores. É preciso criar um espaço de diálogo entre as

entidades, mas o problema é criar novas estruturas. Os Centros de Formação ainda não saíram do papel. Não estamos falando apenas dos Centros de Formação, mas sim de retomar a rede de formadores.

- Criar uma lista de e-mail das entidades.
- Estabelecer diálogo mais estreito com a Frente Parlamentar.
- Precisamos garantir uma movimentação, um ato público, sobre a criminalização dos movimentos sociais. A nossa proposta é aproveitar o FSM09 para fazer uma discussão e um ato público.

Rose

Fizemos várias falas de relações pessoais sobre relação e empreendimentos... a questão é sabermos qual a razão dos fóruns estaduais não conseguirem trazer a pauta estadual para a nacional.

Para um diálogo com as assessorias, há que se ver a diversidade também nas assessorias, nas suas naturezas. O público-alvo é o mesmo, portanto deve haver um diálogo melhor com este público. A entidade tem que servir ao público, ela é meio.

Por que não chegam as pautas estaduais na nacional?

Maíra

A questão não é só chegar os recursos nacionais para as entidades estaduais, mas sim a necessidade de pensarmos recursos para os estados. Há muitas vezes uma expectativa dos Fóruns Estaduais não só de pauta, mas também de recursos da nacional. Temos que trabalhar fortemente a autonomia dos Fóruns Estaduais.

Graciete

Uma questão que trouxemos é a relação por segmentos. Até que ponto esta estrutura de 3 segmentos nos ajuda e nos fortalece na nossa ação política? Claro que temos esta estrutura posta, mas é importante estarmos abertos a desconstruir o que construímos. Somos todos sujeitos. A ES não pode ficar descolada do político, senão ficaremos sem um horizonte importante.

Vamos repensar nossa estrutura para podermos nos colocar em outro patamar enquanto movimento: esta segmentação nos fragmenta, nos fragiliza.

E. Deliberação dos itens do Anexo A do relatório da IV Plenária

Abaixo seguem os itens discutidos, a quantidade e estados que defendeu cada proposta, e a que não está marcada é a que foi escolhida pela Coordenação Nacional:

1. Quanto ao patrimônio do empreendimento solidário:

- * 17 (RJ, MA, PI, RO, MS, PB, CE, SP, RR, AC, AL, RN, MG, MT, SE, DF, BA) Grupos A, D, E, F, G, H, I: São organizações em que o patrimônio e os meios de produção são coletivos, ou seja, pertencente a todos/as os/as trabalhadores/as do empreendimento.
- * 5 (GO, AM, PR, ES, PE) Grupo B: São organizações em que a gestão do patrimônio e dos meios de produção é coletiva de todos/as os/as trabalhadores/as do empreendimento.
- * 2 (TO, SC) Grupo J: São organizações em que os bens de uso são de controle coletivo (parcial ou total) do conjunto dos/as trabalhadores/as do empreendimento;

2. Quanto à atividade fim do empreendimento solidário:

- * 8 (MG, RN, AL, ES, RR, SC, MA, MT) Grupos C, D, E, F, G, H: Sua atividade fim deve ser coletiva, ou seja, um empreendimento que seja simplesmente um "guarda-chuva" de trabalhadores que fazem suas atividades individualmente não deve ser considerado empreendimento solidário. - (36 votos)

- * 8 (RJ, CE, MS, RO, PI, AM, SE, BA) Grupos A, B: Sua atividade fim deve ter algum caráter coletivo, ou seja, um empreendimento que seja simplesmente um “guarda-chuva” de trabalhadores que fazem suas atividades individualmente não deve ser considerado empreendimento solidário. - (24 votos)
- * 7 (PE, AC, SP, PB, PR, TO, DF) Grupo J: Sua atividade fim deve ser coletiva.
- * 1 (GO) Grupo I: (Eliminar este item)
- * Abstenções: (10 votos)

3. Sobre a formalização de empreendimentos solidários:

- * 18 (PI, BA, RJ, MG, AL, AC, ES, RR, SP, SC, MS, RO, MA, AM, TO, MT, SE, DF) Grupos A, B, D, E, F, J: Os empreendimentos que não são formalizados em formas jurídicas que possam comercializar (emitir nota fiscal) são reconhecidos como empreendimentos solidários, mas devem ter como meta buscar a sua formalização jurídica, lutando por avanços na legislação.
- * 6 (PE, RN, CE, PB, PR, GO) Grupos G, H, I: (Eliminar este item)

4. Fomento das entidades de assessoria à formalização dos empreendimentos assessorados:

- * 16 (SE, TO, AM, MA, PI, RO, MS, SC, SP, RR, ES, AC, AL, MG, MT, DF) Grupos A, B, D, E, F, G, J: Fomentem a formalização dos empreendimentos assessorados.
- * 8 (BA, RJ, GO, PR, PB, CE, RN, PE) Grupos C, I, H: (Eliminar este item)

5. Quanto ao tempo mínimo de experiência das entidades de assessoria:

- * 4 (MT, AL, AC, PI) Grupos A, E: Tenham experiência de assessoria e acompanhamento de pelo menos quatro anos.
- * 12 (DF, BA, MG, PE, ES, RR, SP, PB, RO, AM, GO, SE) Grupos C, B, J: Tenham experiência de assessoria e acompanhamento de pelo menos dois anos.
- * 8 (RJ, RN, CE, SC, MS, PR, MA, TO) Grupos D, F, I, H: (Eliminar este item)

6. Quanto à quantidade máxima de empreendimentos apoiados pelas entidades de assessoria: GO não indicou

- * 11 (BA, SE, AM, PI, RO, PB, RR, AC, AL, MT, DF) Grupos B, E, G: Deve haver um limite máximo para a quantidade de empreendimentos assessorados de forma a garantir a qualidade da ação da entidade. Este limite deve ser de acordo com a capacidade e estrutura da entidade.
- * 11 (RJ, TO, MA, MS, SC, CE, SP, ES, RN, PE, MG) Grupos A, D, F, I, H, J: (Eliminar este item)

7. Proposta de inclusão de novo critério sobre gestores públicos: CE, GO e SC não querem incluir

- * 22 (BA, RJ, MT, DF, MG, PE, RN, AL, AC, ES, RR, SP, PB, MS, PR, RO, PI, MA, AM, SE, TO, MT) Grupo H: São reconhecidos como Gestores públicos aqueles que desenvolvem as políticas públicas em parceria com os outros segmentos do movimento de ES

8. Sobre participação de movimentos sociais de atores econômicos:

- * 13 (MG, DF, MT, SE, GO, AM, PI, PR, SP, RR, ES, AC, RN) Grupos C, D, F, H, J: Movimentos sociais que articulam atores econômicos (tais como movimento de pescadores, de catadores, etc.) podem participar dos Fóruns no segmento de empreendimentos solidários.
- * 10 (RO, RJ, PE, TO, MA, MS, PB, SC, CE, AL) Grupos B, G: (Eliminar este item)

9. Da validação dos segmentos: Fóruns Locais:

- * 23 (RJ, RN, AL, AC, ES, RR, SP, CE, SC, PB, MS, PR, RO, PI, MA, AM, SE, TO, MT, DF, MG, PE, BA) Grupos B, H, C, E, F: É o Fórum local que deve validar, na base, se os empreendimentos, entidades de assessorias ou gestores públicos estão de acordo com os critérios apontados acima. Em caso de divergências, caberá recurso a instância imediatamente superior. ->
- * 1 (GO) Grupo D: É o Fórum local que deve validar, na base, se os empreendimentos e entidades de assessorias estão de acordo com os critérios apontados acima. Em caso de divergências, caberá recurso a instância imediatamente superior.

10. Da validação dos segmentos: usar o mapeamento como referência:

- * 4 (SE, AM, PI, RN) Grupos A, B, C, D, E: Os critérios de mapeamento não são referência para validação dos segmentos.
- * 18 (RJ, PE, MG, DF, MT, TO, GO, BA, MA, RO, PB, SC, CE, SP, RR, ES, AL, AC) Grupo J: Os critérios de mapeamento também são referência para validação dos segmentos. ->
- * 2 (PR, MS) Grupos F, G, H: (Eliminar este item)

11. Da participação das/dos militantes da economia solidária:

- * 14 (RJ, AL, AC, ES, SP, CE, SC, PB, AM, SE, MT, DF, MG, PE) Grupos D, B, H, E: Há participantes do movimento de economia solidária que não se encaixam em nenhum dos segmentos e são militantes. Estes podem participar dos Fóruns locais se forem indicados por integrantes do mesmo.
- * 4 (RR, RO, PI, TO) Grupo F: Há participantes do movimento de economia solidária que não se encaixam em nenhum dos segmentos e são militantes. Estes podem participar dos Fóruns locais se forem indicados pela Coordenação do mesmo.
- * 6 (RN, MS, PR, MA, BA, GO) Grupos A, G: (Eliminar este item)

12. Fóruns Locais: com relação aos critérios quantitativos:MG: não indicou

- * 6 (TO, BA, AM, PB, SP, RO) Grupos A, C: Tomar como referência a quantidade de empreendimentos e entidades mapeadas, pelo Mapeamento da Economia Solidária, na região de abrangência do Fórum Local (por exemplo 10% da quantidade mapeada, proposta do grupo C)
- * 17 (RJ, PE, DF, MT, SE, GO, MA, PI, RO, PR, MS, SC, CE, ES, AC, AL, RN) Grupos H, I: Usar outros critérios para definir referências sobre a quantidade de empreendimentos e entidades na região de abrangência do Fórum Local, que não sejam o Mapeamento da Economia Solidária.

13. Coordenação Macrorregional: RR, PI: não indicou

- * 5 (RN, AC, PR, GO, TO) Grupos A, F, J: Não criar Coordenação Macrorregional.
- * 4 (CE, RO, MT, MG) Grupo D: Não criar Coordenação Macrorregional, mas apontando a possibilidade de organizar encontros regionais temáticos
- * 13 (RJ, AL, ES, SP, SC, PB, MS, MA, AM, BA, SE, DF, PE) Grupos B, E, G, H: Criar Coordenações Macrorregionais futuramente, quando os Fóruns Estaduais estiverem mais consolidados e estruturados. Fazer 2 encontros macrorregionais por ano, com representantes dos Fóruns Estaduais da região.

14. Coordenação Nacional: Quanto à frequência de reuniões: PI: não indicou

- * 20 (RJ, PE, MG, DF, TO, SE, BA, AM, RO, PR, MS, PB, SC, CE, SP, ES, AC, AL, RN, RR) Grupos A, B, C, D, E, J: Frequência de 2 reuniões por ano da Coordenação Nacional;
- * 1 (MA) Grupo G: Frequência de 1 reunião anual da Coordenação Nacional;
- * 2 (MT, GO) Grupo F: Frequência de 1 reunião anual da Coordenação Nacional, com mais dias e garantindo a realização de outras formas de encontros não presenciais.

15. Coordenação Executiva: Quanto ao apoio e ao acompanhamento dos encontros macrorregionais: PI, MG: não indicou

- * 15 (RJ, ES, AC, AL, SC, MS, RO, MA, AM, BA, GO, SE, MT, DF, PE) Grupos A, B, C, D, E, F, G, H: Apoiar e acompanhar os encontros macrorregionais.
- * 7 (RN, SP, CE, RR, PB, PR, TO) Grupo J: (Eliminar este item)

16. Coordenação Executiva: Proposta de nova atribuição:

- * 5 (PE, MG, PI, AC, SC) não incluir este item
- * 19 (RJ, DF, MT, TO, SE, GO, BA, AM, MA, RO, PR, MS, PB, RR, CE, SP, RN, AL, ES) Grupo F: Captar recursos para viabilizar as executivas estaduais;

17. Coordenação Executiva: Com relação à experiência/especialização:

- * 1 (SE) Grupos B, D: A Coordenação executiva deve ser especializada, para dar conta dos crescentes desafios ao FBES em diferentes âmbitos.

- * 19 (RJ, AC, AL, SP, SC, RR, PB, MS, PR, RO, PI, MA, AM, BA, GO, MT, DF, MG, PE) Grupos A, C, F: A Coordenação executiva deve ter caminhada (experiência), para dar conta dos crescentes desafios ao FBES em diferentes âmbitos.
- * 4 (ES, RN, CE, TO) Grupos E, G, H: (Eliminar este item)

18. Coordenação Executiva: Quanto à composição: (PI, RN: não indicou)

- * (RJ, PE, TO, SE, BA, AM, MA, MG, PR, MS, PB, RR, SC, CE, SP, AL, AC, ES) Grupos B, C, E, G, H: Composição de 13 integrantes, sendo 7 representantes de empreendimentos (2 do nordeste, 2 do norte, 1 do sul, 1 do sudeste e 1 do centro-oeste), 5 representantes das entidades e redes nacionais, e 1 representante da rede de gestores.
- * (DF, MT, GO, RO) Grupo F: Composição de 15 integrantes, sendo 7 representantes de empreendimentos (2 do nordeste, 2 do norte, 1 do sul, 1 do sudeste e 1 do centro-oeste), 3 de entidades nacionais de representação de empreendimentos, 3 de entidades nacionais de apoio e 2 gestores, sendo 1 da rede e um do governo federal.

19. Quanto à remuneração de parte da Coordenação Executiva: (PR, PI: não indicaram)

- * 9 (ES, AC, RN, SP, CE, SC, SE, MT, DF) Grupos A, B: Não haverá remuneração da coordenação executiva (44 votos)
- * zero Grupos C, E, G: Liberação de 5 pessoas da coordenação executiva, sendo uma de cada macrorregião.
- * 1 (PE) Grupo D: Liberação de 5 pessoas da coordenação executiva, sendo uma de cada macrorregião. Que 4 sejam mulheres. Que estas 5 pessoas sejam empreendimentos.
- * 7 (AL, RR, MS, MA, AM, BA, TO) Grupo F: Liberação de 7 pessoas da coordenação executiva, sendo 2 do norte, 2 do nordeste, 1 do sul, 1 do sudeste e 1 do centro-oeste.
- * 1 (GO) Grupo J: Liberação de 5 pessoas da coordenação executiva, sendo uma de cada macrorregião. Que todos os liberados sejam empreendimentos.
- * 4 (RJ, PB, RO, MG) Grupo H: Remuneração exclusiva para os representantes do segmento de empreendimentos, de acordo com suas necessidades para a execução das suas atribuições. (19 votos)
- * Abstencões: (10 votos)

20. Secretaria Executiva Nacional: Quanto à missão: (PI: não indicou)

- * 23 (RJ, PE, DF, MT, TO, SE, GO, BA, AM, MA, MG, RO, PR, MT, PB, RR, SC, CE, SP, RN, AL, AC, ES) Grupos B, C, D, E, F, G, J: Contribuir para o fortalecimento do FBES através da execução de ações determinadas a partir de orientações políticas das Plenárias Nacionais e da Coordenação Executiva.
- * zero Grupo A: (Eliminar o item)

21. Secretaria Executiva Nacional: Quanto ao objetivo específico de animação:

- * 17 (BA, RJ, ES, AC, AL, RR, PB, PR, RO, PI, MG, MA, AM, GO, SE, MT, DF) Grupos D, E, F, G, J: Animar, com criatividade, as instâncias do FBES quanto aos encaminhamentos deliberados pelas mesmas.
- * 7 (RN, SP, CE, SC, MS, TO, PE) Grupo A: (Eliminar este item)

22. Secretaria Executiva Nacional: Quanto à atribuição de divulgação da execução financeira e de atividades:

- * 15 (PE, BA, DF, MT, TO, AM, MA, MG, RO, MS, SC, CE, SP, AL, AC) Grupos B, C, J: Divulgar publicamente a execução financeira e as atividades do FBES em níveis nacional e macrorregional;
- * 9 (RJ, SE, GO, PI, PR, PB, RR, RN, ES) Grupo A: Divulgar, mensalmente, a execução financeira e as atividades do FBES em níveis nacional e macrorregional;

23. Secretaria Executiva Nacional: Quanto ao papel político: (SC: não indicou)

- * 13 (BA, AC, AL, RN, SP, CE, PB, RO, AM, GO, TO, MT, PE) Grupos A, D, E, F, G, J: A secretaria executiva não deve aumentar e deve concentrar-se na execução e não no papel político.
- * 9 (RJ, ES, RR, MS, PI, MG, MA, SE, DF) Grupo B: A secretaria deve também assumir o papel político de articulação a nível nacional e internacional, sob orientação da Coordenação Executiva.

- * 1 (PR) Grupo C: A secretaria deve também assumir o papel político de articulação a nível nacional e internacional. A Coordenação Executiva definirá um membro para esta atividade.

24. Grupos de Trabalho: Proposta de inclusão de novo item sobre funcionamento:

- * 5 (SP, CE, PB, PE, MS) não incluir
- * 19 (BA, RJ, DF, MT, TO, SE, GO, AM, MA, MG, PI, RO, PR, RR, SC, RN, AL, AC, ES) Grupo A: Os GTs são estruturas do FBES que possuem caráter transitório e que só deixarão de existir com a aprovação de no mínimo 50% mais um da coordenação nacional

25. Grupos de Trabalho: Quanto à sua criação: (RO: não indicou)

- * 7 (AC, AL, RN, CE, PI, AM, MT, PE) Grupos B, D, G, J: Fica a critério da Coordenação Nacional definir quais GTs serão fixos e quais serão temporários (por tarefas) (29 votos)
- * 6 (BA, ES, RR, PB, SE, TO) Grupos E, F: Deve haver GTs fixos nos temas da plenária e dos comitês temáticos do Conselho Nacional, para subsidiar a coordenação nacional do FBES, principalmente na sua incidência junto ao Conselho Nacional de Economia Solidária, ficando aberto para GTs temporários.
- * 10 (AL, RJ, SP, SC, MS, PR, MG, MA, GO, DF) Grupo A: Os GTs do FBES não serão fixos, mas sim criados para apoiar a Coordenação Nacional do FBES para alguma tarefa específica, sendo dissolvidos após o cumprimento da mesma. (34 votos)
- * Abstenções: (3 votos)

26. Grupos de Trabalho: GT de gênero ou de mulheres: (DF: não indicou)

- * 2 (SC, MS) eliminar este item
- * 6 (BA, RN, RR, PI, MA, GO) Grupos A, C, E, J: Deve haver um GT específico de mulheres.
- * 15 (AL, RJ, ES, AC, SP, CE, PB, PR, RO, MG, AM, SE, TO, MT, PE) Grupos B, D, F, G: Deve haver um GT específico sobre gênero.

Adendos da Coordenação Nacional

- * Adendo ao item 22: A Coordenação Nacional deve regulamentar a periodicidade colocada no item 22, e que isto seja nos relatórios anuais do FBES.
- * Adendo ao item 23: A Coordenação Executiva terá autonomia para alterar a quantidade de integrantes da secretaria executiva segundo as necessidades.

F. Prestação de contas e Sustentabilidade do FBES

F.1. Abertura

Clóvis

Debater a questão da sustentabilidade deve ser feita em algumas dimensões:

1. Sustentabilidade política. Não se trata simplesmente de construir novos fóruns, mas sim um meio para o fortalecimento político do movimento.
2. Sustentabilidade financeira. Temos que separar entre a sustentabilidade dos empreendimentos e a sustentabilidade da nossa estrutura. Aqui nós vamos discutir como faremos para conseguir financiar a nossa estrutura.

Esta atual secretaria executiva custa 22 mil reais por mês, o que dá mais de 250 mil reais por ano. Isso tudo faz parte da atribuição da coordenação executiva e nacional. Para a questão financeira, há algumas questões:

- * uma, justa, de acesso aos recursos públicos. E este tipo de acesso está prejudicado pela criminalização dos movimentos sociais, vinda dos órgãos de controle. Este financiamento público (que é justo), passa por dificuldades.
- * Outra forma é a busca de recursos de cooperação internacional. Isto entra no debate das relações internacionais. Somos a referência no campo internacional, e faremos este debate com calma nesta reunião
- * Uma terceira forma é o auto-financiamento, e isso implica algo com as entidades nacionais. Agora estamos com uma coordenação nacional de 100 pessoas (81 dos estados, 12 dos gestores, e 7 entidades nacionais)
- * E há ainda a dimensão da sustentabilidade relacional: como conseguimos manter a nossa relação? Temos como instrumento interessante, a nossa lista e_solidaria. É fundamental sabermos como vamos nos comunicar entre reuniões da coordenação nacional. Mas mais que isso, é importante a relação entre os fóruns estaduais e o nível nacional, pois há muitas vezes a reclamação de que a agenda sai da nacional para os estados. Temos total condição de fazer isso, pois conseguimos conquistar as nossas bandeiras, num longo processo que levou à IV Plenária.

À tarde faremos um trabalho em grupos, por região, e de lá sairá um documento regional, e este documento será usado para fazermos os grandes eixos de atividade para trabalharmos amanhã, nos grupos. O planejamento estadual trará as resoluções para o nacional, e então construiremos os eixos que trabalharemos amanhã nos grupos, por eixo.

F.2. Apresentação da prestação de contas do FBES

Cláudia apresentou a prestação de contas da VIII Reunião da Coordenação Nacional do FBES, das reuniões da Coordenação Executiva e Secretaria Executiva do FBES, que está no anexo M.3 .

Daniel apresentou a prestação de contas do período de existência do FBES, constante no Anexo F do Relatório da IV Plenária Nacional.

Graciete (PE)

Como se dá a relação da secretaria executiva com a entidade proponente?

Daniel (SecExec)

É a secretaria executiva do FBES que faz a administração dos projetos, prepara licitações, etc, e então submete à entidade. É um trabalho difícil, pois requer que a secretaria executiva entenda e entre na lógica e rotina institucional das entidades proponentes: Não temos relação direta com o projeto, sempre via entidade. Hoje podemos dizer que já temos uma boa compreensão e entendimentos sobre as rotinas da Cáritas.

Xica (MG)

Gostaria de parabenizar as entidades que colocam o CNPJ à disposição. Nós dos empreendimentos estamos hoje sabendo tanto da técnica dos projetos quanto as assessorias, conheço isto. Sei que é difícil, que a entidade pode colocar seu CNPJ em risco se der algo errado.

Agradeço em nome do sudeste a estas entidades: isso é importante para o processo. Em momento algum poderíamos deixar passar de agradecer os membros da executiva e estas entidades.

Clóvis (Unitrabalho)

Todos nós fazemos coro a este agradecimento.

Emerson (RN)

Como é a dinâmica para captar recursos? É que conheço entidades locais com orçamento bem maior que o do FBES, que é nacional! Acho que se deve pensar melhor as estratégias de captação de recursos do FBES, aproveitando a área internacional, que na minha opinião é um caminho que ainda não foi aberto.

Clóvis (Unitrabalho)

Rose levantou a questão de agenda econômica: Tentar caminho com organizações internacionais. Numa das seleções da Secretaria Executiva havia uma pessoa que era do perfil de fazer advocacy, mas não era momento de ter uma pessoa como esta na equipe.

A coordenação executiva não conseguiu colocar isto na nossa pauta antes deste momento: Esta é uma dificuldade nossa, e é um assunto que gostaríamos de falar. Como Emerson disse, há entidades menores com orçamento maior. Este é um depoimento importante.

Daniel

dado importante – ocb esta com orçamento de 8milhoes sem fazer projeto. O FBES tem 3mil ees no brasil, 115 fóruns regionais... este e um debate importante – quem esta vestindo a camisa do FBES.

Clóvis

a depender do debate dos planejamentos ver o que aparece e ver a questão internacional amanhã, ver as relações internacionais e captação

Rosimery

fazer contribuição do salário para fundo, parabenizo. Fundo para urgências, isto e importante.

Rose

não sou da coordenação nacional porque a fase fez uma votação institucional, o João Correa pela base do para assumiu a base institucional. Discuti com coordenação nacional a diferença entre cooperação internacional e relação internacional. Cooperação e relação com agencias de financiamento de governos. As relações se dão no âmbito da sociedade civil. Não temos um plano de trabalho para isto precisa ter alguém que conhece as agendas das agencias, tendo um plano para dentro e para fora, via governos e agencias.

Se vai ter um gt de gênero, precisa falar com novib.

Eu me coloquei a disposição para negociar projetos, pois para isto não precisa estar na coordenação executiva.

Confiabilidade e experiência: projeto conjunto para sustentação do movimento. Fbes precisa de um guarda-chuva, que sendo de 10 entidades e uma coisa, de 1 e outra

Daniel

Sempre pensamos como avançar nesta questão que rose coloca, o gtri também coloca.

Otniel

a gente levou um tempo discutindo as possibilidades.. hoje vamos ter mesa com mov sociais, que e muito importante. E como vamos fazer com a organização das bases, que pode ser fragilidade financeira. Para fazer mobilização precisa recurso. Não sei se mst se adequa as agendas das agencias internacionais ou se as agencias se adequam. Temos que nos perguntar quais as nossas possibilidades.. para pensar o nosso planejamento temos que pensar o FBES em vários estados. Como tem critério para contratar a secretaria executiva, tem que ter para os estados. No es também foi a caritas que foi executora e vimos que poderia ter sido melhor se tivesse critérios Qual e a pauta do FBES, tem diretriz ou não..... porque o FBES não cria outro lema para este momento.... poderia ser: produzir e cultivar a vida, discutir cultura, a realidade do trabalhar, fácil de entender e dialogar com sociedade e governo.

Temos que ter política para gênero, etnias.. mas não se adequar a eventual recurso.

Clóvis

a estrutura do mst custa 220mil por mês. Estão com problema pois a nestle entrou no conselho das financiadoras do mst. Estão pedindo que envie pesquisas sobre impactos da nestle para bloquear esta entrada.

Marcos

a coordenação executiva ter autocrítica de direção do movimento. Singer colocou a imobilidade nossa, traz um desafio. Queria trazer a questão da nossa autonomia financeira, para que tragamos de volta a ação de auto-financiamento. Na prestação de contas quando trouxe a necessidade das org contribuírem, teve retorno. Isto é indicador de que há viabilidade de ação de auto financiamento Dos estados para o FBES.

Tiana

na mesma linha do marcos. Quero lembrar que em outros momentos já fizemos esta discussão de captar recursos entre nos mesmos. Dia 15 dezembro e dia da es. E neste dia tínhamos combinado de que faríamos eventos no país todo para marcar o dia e também campanha de doações, compromisso dos ees de contribuição de 2 reais por mês ou porcentagem. Se colocarmos em pratica, vamos nos sentir melhores. Ficando 50% no estado e o restante para o nacional. Temos que colocar em pratica, pois vai ajudar a gente, a gente se sentir parte do movimento. No ms já fizemos isto. Temos a associação dos trabalhadores em es que vamos começar a fazer este exercício, de passar parte para o nacional.

Jaqueline

pegar a experiência de vocês para captar recursos e fazer projetos. A linguagem é importante, temos que aprender. Tem a coordenação nova, os FEES estão se reestruturando.

Clóvis

o combinado era de que a coordenação do estado arrecadasse e depositasse 50% na contra nacional.

Milton

importante ponto. Instrumento de gestão e transparência Temos a prestação de 2004 a 2008, o passo seguinte que tenhamos a construção de um orçamento anual. Como vamos entrar no momento de planejamento, tem que estar colado com orçamento Daniel diz que tem recurso somente ate fevereiro, nossas propostas de ação tem que estar sustentadas na capacidade que temos. Isto facilita a captação de recursos. Na medida que tem recursos ou não adequa orçamento Isto faz com que todo o país possa acompanhar o projeto. Os FEES não tem recurso. Agora podemos ver quanto custaria a secretaria estadual. Junto a prestação de contas, temos que construir o orçamento anual.

Domingos

questão FEES, eles não são instituição jurídica Assumir a responsabilidade de administrar o recurso da contribuição dos ees, isto não teve uma liga. Temos uma movimentação esporádica E uma questão de iniciativa, de fazer uma campanha do FBES.

Joana

falamos em autonomia mas não praticamos. Eu faço o máximo para não dar despesa para o FBES. A gente tem meio, procurar secretaria, buscar. Como vamos ser movimento, mas nas custas do governo. Como vou ter autonomia se não faço a minha parte. Temos que ter uma forma de contribuir com o FBES, nas feiras tirar uma porcentagem para o FBES, tirar 5reais para contribuir, fazer rifa para contribuir. Senão nunca vamos ter autonomia. Temos que ser independente, senão não somos movimento.

Daniel

sobre o que jaqueline falou: e possível aprendizado entre FEES. A gente esta tentando construir proposta para MDS para formação secretaria executiva para secretaria executiva, e FEES para FEES. SC conseguiu aprovar projeto para FEES. MG conseguiu aprovar emendas populares para 10 feiras regionais, RN aprovou 150mil para FEES. Estas são experiências que precisam ser compartilhadas.

Sobre o projeto: já fizemos isso uma vez...

temos que pensar em produtos, pensar nesta linguagem. Mas não conseguimos. Tentamos fazer um pool de entidades, mas não deu certo.

Vamos de acordo com nossa historia.

Queremos fazer um projeto político bem definido para ter fim, relações internacionais fortes, incidência Temos condições de abrir outro momento para es, esta mesa da noite será um momento importante.

Clóvis

vamos para os trabalhos em grupos.

Daniel

trabalho em grupo cada estado apresenta o planejamento estadual, depois a região pensar quais os resultados que queremos alcançar em 2009, 2010, 2011. isto e a base para fazer o trabalho de amanhã O subsídio são planos estaduais relatório

G. Plano de ação triênio 2009-2011

G.1. Linhas de ação definidas para o próximo triênio

1. Fortalecimento político e organizacional dos Fóruns Estaduais, consolidação/constituição de Fóruns microrregionais e municipais para maior integração e interiorização do FBES, e articulação macrorregional entre Fóruns Estaduais.
2. Fortalecimento dos empreendimentos solidários como atores econômicos nos territórios, buscando sua organização em redes e cadeias nos campos da produção, comercialização, logística, consumo e finanças solidárias como estratégia para um outro modelo de desenvolvimento
3. Proposição, mobilização e incidência para políticas públicas de reconhecimento e fomento da economia solidária como estratégia para um outro modelo de desenvolvimento. Incluir a incidência regional.
4. Divulgação da Economia Solidária junto à sociedade pela construção de outro modelo de desenvolvimento.
5. Articulação com outros movimentos sociais e atores da sociedade civil organizada alinhados na construção de outro modelo de desenvolvimento e criação de espaços de articulação e alianças internacionais para o fortalecimento da Economia Solidária mundialmente, em especial na América Latina.
6. Estratégias para a sustentabilidade e autonomia financeira dos Fóruns Nacional e Locais, nas dimensões: auto-financiamento (fundos, selo, banners no site, doações, etc); captação de recursos públicos; e cooperação internacional.

G.2. Resultados por linha de ação

G.2.1. Linha 1: Fortalecimento político e organizacional dos Fóruns Estaduais, consolidação/constituição de Fóruns microrregionais e municipais para maior integração e interiorização do FBES, e articulação macrorregional entre Fóruns Estaduais.

<i>Atividades</i>	2009	2010	2011
Realizar caravanas de mobilização e formação a partir do fórum da capital ou do mais fortalecido, respeitando a cultura-dinâmica local: <ul style="list-style-type: none"> ● processo de empreendimento formar empreendimento; ● atividades-grupos culturais que sensibilizem ao consumo consciente e solidário; ● formação partindo dos coordenadores do estado; 	X	X	X
Criar uma identidade visual para as “caravanas de mobilização e formação”			
Seminários estaduais, micro e macro regionais; Encontros de trocas de experiências entre fóruns	X	X	X
Acompanhar a situação dos Centros de formação e que estes fortaleçam a organização dos fóruns	X		
Buscar um norte político dialogando com os movimentos sociais	X	X	X
Formação continuada , aproveitando os momentos de reunião/plenárias. Incluir a questão do fortalecimento político e de gestão nos fóruns locais	X	X	X
Parceria com Casa Brasil e universidades para formar um equipe de multiplicadores em ES que irão disseminar posteriormente nas regiões	X		
Utilizar espaços como as feiras para formação política dos EES	X	X	X
Reativar o GT de Formação do FBES para orientar as ações de formação como os CFES, retomando a Rede de formadores e construindo o projeto político-pedagógico da ES;	X		
Desenvolver um “ plano de radicalização da interiorização da ES ”: <ul style="list-style-type: none"> ● orientar os fóruns estaduais sobre as políticas do MDA/SDT sobre os territórios, possibilitando a constituição de fóruns nestes, identificando as entidades de apoio nestes territórios (bases de serviço); ● acompanhar de perto o novo processo de mapeamento (SIES), buscando também interferir para buscar garantir a qualidade do mapeamento: participar efetivamente nas CGEs e na CGN do SIES; ● apoiar-se em outros projetos para otimizar o fortalecimento do processo de organização da ES nas regiões; ● metodologia de reuniões itinerantes do fórum estadual percorrendo as diversas regiões do estado, sempre tendo mobilizadores na região onde acontecerá a reunião; ● articulação com as prefeituras, principalmente do interior, sensibilizando sobre ES (parceria com a rede de gestores); ● realizar no mínimo um encontro ampliado estadual por ano assim como plenárias regionais; 	X	X	X
Estimular a relação dos Fóruns Locais com outros movimentos sociais			
GT ou comissão de organização das plenárias e organização de feiras devem ser criados quando for necessário (por exemplo, quando o programa de feiras estiver em execução)			
Apoiar a política e implementação de Centros Públicos de ES como pólo irradiador-mobilizador da ES como modelo de sociedade;	X	X	X
Trabalhar a Agenda XXI, Moradia e Cidadania, programa Luz para Todos, nos fóruns locais de ES			

Atividades	2009	2010	2011
Incorporar deliberações tiradas pelo GT de Gênero do FBES			
Aproveitar rádios e tvs comunitárias para divulgação do Fórum Local e da Economia Solidária			

G.2.2. Linha 2: Fortalecimento dos empreendimentos solidários como atores econômicos nos territórios, buscando sua organização em redes e cadeias nos campos da produção, comercialização, logística, consumo e finanças solidárias como estratégia para um outro modelo de desenvolvimento

Finanças

Orientações

- * Realizar seminário para identificar sistemas de finanças solidárias, bem como criar um GT de Finanças Solidárias;
- * Fazer integração de instituições do campo das finanças solidárias para verificar os projetos de ES que podem ser aprovados;
- * Mapear e fortalecer Bancos Comunitários, Fundos Rotativos, ONGs de Finanças Solidárias e Cooperativas de Crédito
- * Criação de fundos para/entre os EES

GT de Finanças Solidárias criado:

Suas tarefas imediatas são: a emenda da Luiza Erundina; e a questão da Conferência Nacional de Economia Solidária para incidir na próxima reunião do Comitê de Finanças Solidárias do Conselho.

Composição:

- Rodrigo (Cáritas);
- Shirlei (IMS);
- Christiane (Unicafes);
- FCP/RJ (a indicar);
- Sandra (CE);
- Odília (GO),
- Carlos (MA),
- Lilian (MS),
- Idalvo (SP),
- Carlos (AC)

Produção, Comercialização e Consumo

- * Investir na estruturação do processo produtivo orientada em redes e cadeias e se mobilizando e pautando o poder público na consolidação deste processo
- * Estruturar por ramo de atividades produtivas para diagnosticar, organizar a produção, acessar mercados, capacitar, construir redes, câmaras setoriais solidárias, etc.
- * Certificação dos produtos – selo
- * Pensar em formas de estruturar organização para produção consorciada entre EESs (ex. Produção de bolsas e camisetas para eventos) → inserir funcionalidades no sistema FBES
- * Viabilizar espaços de comercialização permanentes nos estados e municípios.
- * Interagir com as estratégias de articulação das ações em políticas em nível regional em andamento: CJS, SECAFES, CFES, Bancos Comunitários, SIES, Comercialização IMS...- FEES e Macrorregionais como lócus de articulação destas estratégias.
- * Levantamento demanda de consumo das entidades da sociedade civil, comprometidas com a Economia Solidária, organizando então a produção para atender a tais demandas (comprometer as entidades no consumo solidário)

- * Orientar o mercado consumidor e institucional à aquisição socialmente orientada de produtos e serviços da Economia Solidária
- * Realizar evento/seminário regional para integrar as experiências dos estados da região, visando organizar redes e cadeias de produção/distribuição/consumo
- * Estimular as redes de comercialização e Consumo Campo–cidade através da criação de grupos de consumidores e produtores: ação dos Fóruns.
- * Organizar uma Central de Compras Coletivas através de um grupo de interessados e depois dar formação para as pessoas que atuarão na Central e criação da Central até final de 2009.
- * Estimular a criação de Centrais de Comercialização e expansão em alguns locais.
- * Continuidade das Feiras nos municípios e regiões
- * Criação de Comissões de Comercialização como um dos critérios sendo a dos Territórios da cidadania que serão os pontos fixos de comercialização para 2009.
- * Realização de Feiras nas Centrais de Comercialização
- * Estimular a organização dos empreendimentos em ramos de produção, para além dos 3 segmentos, e envolvendo os 3 segmentos (câmaras técnicas ou outro nome; resgatar e debater os 16 ramos de atividade levantados no encontro de empreendimentos)
- * Identificar centros públicos que não estão comercializando e fazer estratégias de mobilização para reanimá-los e ocupá-los
- * A Coordenação Executiva deve encontrar meios (por exemplo, comitê de gestão) para gestão do Sistema FBES. Por exemplo, decidir sobre política de inclusão ou exclusão de empreendimentos solidários, acompanhar o seu desenvolvimento e elaborar estratégias para os empreendimentos se apropriarem desta ferramenta.

Formação /Assessoria Técnica

- * Não perder de vista as diretrizes quanto à formação política e técnica dos empreendimentos e trabalhadores de economia solidária devem seguir as deliberações das oficinas de formação (“livro verde”), lembrando as seguintes: foco na auto organização; parcerias para estratégia de formação; foco no político e econômico através dos elementos da educação popular; foco na prática concreta dos sujeitos da economia solidária.
- * Estimular a elevação do Nível de Escolaridade: buscar alternativas para implementar a EJA com o IMS.
- * Desenvolver um plano de inclusão digital – criação de um Telecentro em parceria com o BB
- * Formação de multiplicadores e articular a rede de formadores
- * Produção intelectual com inserção de trabalhadores da ES
- * Realização de oficinas nas Centrais de Comercialização
- * Construir processos de formação a partir da base (técnico-política): como qualificar os instrumentais de gestão dos negócios para que sejam baseados e adequados à autogestão? identificar e articular experiências já existentes, tais como a viabilidade econômica na autogestão, da Capina, entre outros.
- * Que a rede de gestores envolva empreendimentos na construção do conhecimento
- * Identificar e articular experiências de formação, como por exemplo o PlanSeq Ecosol (formação em rede) e os resultados das oficinas nacionais de formação (que dão diretrizes metodológicas e de conteúdo importantes)
- * Reforçar importância do planseq: tentar dar maior transparência e participação às comissões do planseq nos estados

Interação de processos

- * Intercâmbios entre empreendimentos
- * Respeitar, explicitar e trocar as diferentes realidades e práticas das regiões, visando um maior conhecimento mútuo e maior equilíbrio de conhecimentos

- * Estabelecer um calendário de eventos/ feiras de longo prazo para que haja melhoria da divulgação e melhor retorno comercial e de visibilidade com melhor articulação regional para participação de EES de outros estados. Organizar esse calendário de eventos levando em conta não só os eventos da ES, mas que possam servir de subsídios para inserção da ES em eventos não específicos.

G.2.3. Linha 3: Proposição, mobilização e incidência para políticas públicas de reconhecimento e fomento da economia solidária como estratégia para um outro modelo de desenvolvimento. Incluir a incidência regional.

- * **Agenda:** Dentre as ações do FBES, centralizar a atenção (priorizar), em 2009, na elaboração proposta de projeto de lei geral (ou “sistema”). Criar um GT do FBES específico para termos uma proposta para levarmos ao Conselho, para no segundo semestre de 2009 ir para uma campanha, na rua, e conseguir aprovar ainda em 2009.
 - 2009 – No primeiro semestre construir uma proposta para o debate da lei da economia solidária (através do GT).
 - 2009 – No segundo semestre desenvolver uma **campanha nacional** em prol da lei da economia solidária.
 - 2009 – Mobilização e incidência na II Conferência nacional
 - 2010 – Participar e inserir-se na Campanha da Fraternidade continuando a disseminação da proposta e construindo alianças. (Proposta de projeto de lei de iniciativa popular, que necessita de 1 milhão e meio de assinaturas e aproveitar a campanha da fraternidade para conseguir estas assinaturas.)
- * **Estratégias:**
 - Levar a discussão do marco legal aos fóruns estaduais;
 - Articular com a produção das leis estaduais e municipais em economia solidária;
 - construir um resumo das leis existentes e em andamento para ampliação do acesso a informação – via site do FBES (p.ex. Leis geral e específicas do cooperativismo, SNCJS, PAA, etc)
 - Articular, disponibilizar informações e se mobilizar para incidir no planseq microcrédito (ação de formação do MTE), que é articulada por 17 organizações de cada estado: ficou para 2009, e isso nos dá uma agenda nesta área.
 - Incidir na Câmara Temática de Finanças Solidárias do Conselho Nacional de ES para garantir nossas propostas para o Seminário Nacional de Finanças Solidárias que deve ser organizado pela SENAES em 2009
 - Dialogar com o encontro nacional de ES a partir da pastoral operária e CERES, que pode ser um momento importante de articulação
 - Lutar por uma emenda constitucional pelo reconhecimento da propriedade coletiva/associativa
 - Reforçar iniciativa do IBASE para dentro do BNDES
 - Participar do debate do sistema tributário.
 - Buscar pautar, nos estados, propostas da ES nas campanhas eleitorais
 - Reforçar o PRONADES como bandeira prioritária
- * **Responsabilidades:**
 - Os representantes do FBES no Comitê de Marco Legal do Conselho Nacional de ES devem acolher as propostas do movimento e construir com o GT citado acima a proposta final para o debate.
- * **Composição do GT criado** (GT para estratégia do FBES na luta por política pública como será elaborada a proposta de Lei Geral; como será proposto o PRONADES, etc.):
 - Luigi (ANTEAG),
 - Silvio (SC),
 - Emerson (RN),
 - Andrea (RO),
 - Milton (RS),
 - Maria Aparecida (DF),

- Teobaldo (DF),
- Edvaldo (AC),
- Maíra/NESOL (SP),
- Jaqueline (RR),
- Marcos (AL),
- Joana (PA),
- Daniel Sucupira (MG);
- Isaíde (Rede de Gestores)

G.2.4. Linha 4: Divulgação da Economia Solidária junto à sociedade pela construção de outro modelo de desenvolvimento.

- * A Coordenação Executiva deve estruturar uma **política de Comunicação do FBES** para desenvolvimento das tarefas a seguir. Criar estratégia de distribuição dos materiais de divulgação e de inserção nos meios/ espaços de comunicação, tendo em conta que ao falarmos de divulgação, devemos pensar estratégias diferentes para públicos diferentes. Numa primeira rodada identificamos:
 - Público interno – por exemplo: ações de formação/ aliar às estratégias dos CFES;
 - Demais movimentos sociais
 - Governo (instâncias municipais, estaduais e federal) – por exemplo: apropriação dos dados do SIES para interlocução;
 - Sociedade em geral – por exemplo: distribuição e bom uso do kit da Campanha Nacional de Divulgação da Economia Solidária;
 - Mídia – Buscar organização para inserção da temática em espaços da mídia (alternativa [como rádios e tvs comunitárias], oficial, identificar espaços ociosos, etc.). Elaboração de material para uso em espaços públicos, em vários tipos de mídia
- * Buscar traduzir em um lema/conceito de fácil compreensão popular nossas bandeiras no sentido de possibilitar uma associação imediata: Economia Solidária → “Lema X”. Para definição do lema, considerar:
 - Proposta trazida pelo estado do Espírito Santo (“Produzir e cultivar a vida”/ “Produzindo e cultivando a vida”) como inspiração, englobando também referência ao consumo, à questão ambiental e aos demais temas levantados como transversais na medida do possível.
- * Promover espaços de discussão e publicização da Economia Solidária.
 - Aproveitar a campanha da fraternidade 2010;
 - Dialogar com o CONIC para que os materiais da campanha da fraternidade de 2010 sejam elaborados por empreendimentos solidários;
 - Promoção de audiências públicas sobre a temática “Economia Solidária”;
 - Se apropriar e marcar o dia Nacional da Economia Solidária (15 de dezembro) promovendo ações públicas articuladas nacionalmente;
- * Pensar ação para o Fórum Social Mundial 2009 que marque/ divulgue a Economia Solidária – p. ex. confecção de uma bandeira agregadora da diversidade nacional da Economia Solidária e/ou ato de visibilidade.
- * Identidade visual – unificar a “marca” da Economia Solidária para criação de uma identificação imediata para o público geral. Remeter à Coordenação Executiva tarefa de organizar processo de definição da logomarca lembrando que:
 - Já tivemos processo amplo (concurso) de escolha para chegar à logomarca das mãos – não é interessante e nem temos tempo hábil para uma eventual reedição desse processo de consulta amplo – trabalhar com o que já temos;
 - Idéia da “ciranda” identifica a Economia Solidária muito mais do que a logomarca das mãos, a “ciranda” já está difundida como pano de fundo para a produção de logos estaduais e microrregionais assim como na confecção de produtos pelos Empreendimentos Econômicos Solidários (EES);
 - Logomarca deve ser de simples reprodução para não inviabilizar sua reprodução pelos EES em produtos da Economia Solidária;
 - Logomarca deve ser orientadora para produção de identidades regionais (como ocorre hoje com a “ciranda”, ainda que de forma um tanto amadora);

- Seria interessante ter essa identidade já para a campanha da fraternidade de 2010 (já perdemos o barco do FSM), mas a idéia é que partamos para algo definitivo e não deve ser encaminhado como emergencial.
- * Incentivo a estratégias regionais de divulgação da “marca Economia Solidária” e o desenvolvimento de produtos com a “cara” da região de origem colados à “marca” da Economia Solidária – reverter o “uso da marca” para sustentabilidade dos Fóruns (porcentagem da receita gerada pelos produtos com a marca);
- * Publicar um material que apresente o FBES, com sua missão, natureza, princípios, estrutura, bandeiras prioritárias e linhas de ação para o próximo triênio (ou seja, os resultados consolidados da IV Plenária e VIII Reunião da Coordenação Nacional)

G.2.5. Linha 5: Articulação com outros movimentos sociais e atores da sociedade civil organizada alinhados na construção de outro modelo de desenvolvimento e criação de espaços de articulação e alianças internacionais para o fortalecimento da Economia Solidária mundialmente, em especial na América Latina.

Relações Internacionais:

É responsabilidade da coordenação executiva propor/definir a política e estratégia de relações internacionais, inclusive a proposta de criação de algum GT ou comissão, e o repasse para apropriação e participação dos Fóruns Estaduais na construção desta política e estratégia. Já na próxima reunião da coordenação executiva deve haver este debate e apropriação. Não houve condições de avançar nesse debate por ausência de subsídios nas questões envolvidas, mas a discussão desse ponto é urgente, dado que temos compromissos assumidos em espaços importantes de articulação internacional.

Há falta de subsídios do FBES e dos FEES nesse tema, inclusive por levar em conta que internacionalmente somos uma forte referência. Temos a preocupação com os compromissos assumidos e os espaços criados para intervenção/ participação sem um respaldo deste Fórum à representação destacada para tal, assim como com o despreparo, sobretudo das/os empreendedoras/es para espaços de articulações/ representações internacionais. Não conseguimos nesse patamar de discussão, sem uma diretriz política clara, organizar o processo de formação nos Fóruns e nos empreendimentos.

Diretrizes:

- * Buscar sistematizar e divulgar informações existentes a respeito do assunto
- * Reposicionar o tema: o FBES não está fazendo relações internacionais simplesmente, mas faz parte integrante de uma organização maior, internacional: como deve ser o caminho de relações internacionais? Via RIPESS ou via GT-RI do próprio FBES?
- * Está encerrado o GT-RI (GT de Relações Internacionais) atual.
- * FSM09: haverá o seminário internacional de Economia Solidária, e é preciso ampliar a Comissão Pró-FSM09 para esta tarefa, com os seguintes integrantes: Tiana, Maíra, Herlem, Ana Mercedes, Otniel
- * É importante sabermos quais os acordos e compromissos firmados internacionalmente pelo FBES, para podermos desenhar as estratégias para a política de relações internacionais. Estes acordos devem ser repassados para os fóruns estaduais.
- * A organização para o Fórum Social Mundial está ocorrendo em um espaço específico: a Comissão pró FSM, independente da discussão estratégica das Relações Internacionais para o FBES (que não ocorreu de forma ampla).
- * Pautar discussão sobre a política de intervenção e articulação dos Fóruns de Economia Solidária na agenda internacional nos Fóruns Estaduais.

Articulação com os Movimentos Sociais:

O debate acerca das nossas pautas não está maduro o suficiente para que possamos pensar num avanço de grande porte com os demais movimentos numa posição propositiva. Há grande risco de sermos pautados por eles se não avançarmos em algumas discussões (ver texto abaixo). Houve convergência nos seguintes pontos:

- * Coordenação Executiva deve organizar agenda/metodologia de amplo debate para afinar/definir a nossa pauta e criação de consensos em pontos mais polêmicos – p. ex. relação da Economia Solidária com o atual governo.
- * Orientação aos Fóruns Estaduais para uma aproximação com os movimentos sociais com os quais há relações em nível local para ampliação do processo de conhecimento mútuo.
- * Possibilidade de avanço mais rápido em algumas temáticas como agroecologia, consumo e direitos das mulheres;

G.2.6. Linha 6: Estratégias para a sustentabilidade e autonomia financeira dos Fóruns Nacional e Locais, nas dimensões: auto-financiamento (fundos, selo, banners no site, doações, etc); captação de recursos públicos; e cooperação internacional.

atividades	2009	2010	2011
A Coordenação Executiva deve elaborar uma campanha de sustentabilidade para o Fórum (espaço no portal do site do FBES e outros portais) a nível nacional. Algumas propostas a serem levadas em consideração: <ul style="list-style-type: none">● Criação do fundo solidário;● Realizar “Marketing” da economia solidária, e resultados das vendas para o fundo do Fórum (produtos regionais, etc);● Criação de um selo do FBES com o “Produto da Economia Solidária”, que seria comprado do FBES e dos FEES pelos empreendimentos solidários para dar segurança e confiança aos produtos e com isso também dar retorno financeiro ao FBES e Fóruns Locais (ficar atento sobre sobreposição de selos locais e nacional);● Taxa de contribuição dos atores da ES nos Fóruns Estaduais-nacional;	X		
Parte de recursos obtidos em inscrição de cursos ser destinado ao fundo de manutenção dos fóruns;	X	X	X
Trabalhar proposta de cadastro/consórcio de entidades para captação de recursos para os fóruns estaduais e nacional, envolvendo os territórios do MDA, principalmente; Mapeamento e articulação das entidades de apoio e fomento a ES; ver possibilidade de criar nesta VIII Reunião da coord. Nacional;	X		
Que os projetos de apoio a ES estaduais garantam apoios estruturais para as atividades do FBES como: passagens dos coordenadores estaduais para as reuniões da coord. Nacional; materiais de consumo;	X	X	X
Capacitação em elaboração de projetos; Após a conclusão da elaboração da política de sustentabilidade, pode-se pensar na criação de GT ou comissão de elaboração de projetos (captação de recursos), atenta aos editais disponíveis;	X		

H.1. Exposições

Maria Emília (ANA)

A ANA nasce em 2003, numa luta contra o atual modelo de produção agrícola, para que seja com qualidade e de forma sustentável. Para nós, na agroecologia, é fundamental a identificação das práticas, que são milhares no país, que muitas vezes ficam invisíveis.

A ANA se organiza de forma muito flexível nas regiões. Não tem uma estrutura muito rígida. Há uma coordenação nacional em que estão todos os movimentos nacionais, tais como via campesina, além de movimentos regionais, como o GTA. Além desta coordenação há um núcleo executivo, dos quais fazem parte várias entidades, como ASPTA, FASE, Centro Sabiá, etc.

Uma das maneiras mais dinâmicas de funcionamento da ANA são os Grupos de Trabalho. Falarei deles e de nossas frentes de luta.

Temos um grupo de biodiversidade, que defende o uso livre da biodiversidade. Há uma pressão muito grande do agronegócio, com propostas de patenteamento de sementes e produtos da floresta, numa perspectiva de privatizar. Há cada vez menos empresas de semente. E há o perigo da contaminação das sementes transgênicas e outras sobre as sementes tradicionais. Este grupo é portanto muito importante. A luta atual é contra estas ameaças a estes bens: a semente enquanto patrimônio da humanidade, não patenteável. E há a proposta de que haja apoio público de reproduzir e conservar sementes e recursos florestais.

Outro GT é o de construção de conhecimento da agroecologia. Há milhares e milhares de agricultores no Brasil que contestam este modelo, e querem fazer uma transição agroecológica, e para isso precisam de uma assistência técnica adequada que dê conta de suas especificidades. Há uma enorme riqueza de práticas, em todos os biomas, em que há muito pouco estudo e pesquisas.

Entendemos que o PAA é uma inovação para o país. É a primeira vez que temos um programa, mínimo, de grande perspectiva. Queremos uma lei que tenha pelo menos 1 bilhão para este programa, pois dá perspectivas claras de comercialização do campesinato, sem passar pelos processos licitatórios da 8666. E temos observado que onde o PAA tem ocorrido, tem permitido o desenvolvimento de circuitos locais de comercialização, um estímulo à produção, e além disso destinado à alimentação escolar e a doações para populações que recebem cestas básicas. Este é um dos pontos em que gostaríamos de dialogar com o FBES.

Outro ponto que nos é muito importante é a alimentação escolar, que nos dá desafios de dupla ordem. Não só nos contrapor ao monopólio das grandes empresas no fornecimento à alimentação escolar (lutamos por pelo menos 30% que venha de pequenos agricultores locais). Foi aprovado na câmara, e vai pro senado, e sabemos que há um lobby dos grandes monopólios. Neste ponto queremos difundir esta proposta e crescermos a mobilização, junto ao FBES, para esta proposta.

Outros grupos de trabalho, curiosamente, não estão funcionando: o de relações com o mercado, e outro de formas de financiamento à produção. Achamos que poderíamos ter um tratamento conjunto destas questões, quem sabe pensarmos em um GT misto com o FBES no campo da comercialização, e neste sentido achamos muito oportuno o diálogo com o FBES.

Com relação ao financiamento, falamos neste termo e não crédito, pois falamos de outras ferramentas (como os fundos rotativos). Também não falamos de “produtos”, mas sim de “sistemas”, pois isso envolve sujeitos políticos, identidades culturais, que desenvolvem este tipo de cultura. Ao invés de falar de cadeia alimentar, falamos também de sistema, com interação ecológica e social. A transição agroecológica só é possível quando fazemos uma leitura de conjunto. Na realidade, as experiências dão forma concreta a estas questões, apesar de não haver grupo de trabalho funcionando.

Além disso temos o Grupo de Mulheres construindo a agroecologia. Era de gênero no princípio, mas agora passamos para este termo, afirmando o papel das mulheres, e nesta perspectiva de sistemas, mostra a importância das mulheres nestes sistemas.

Outro ponto que queremos dialogar com o FBES é que iniciamos um mapeamento das experiências e queremos juntar com o farejador do FBES para termos um grande mapa mostrando um outro país.

Luigi

Esta mesa de diálogo vem antes de nosso planejamento, e portanto é estratégica.

Neneide

A Marcha Mundial de Mulheres nasce no Quebec, é uma marcha, antes de 2000. Em 2000, no dia 8 de março, deixa de ser uma ação para se tornar um movimento.

A Marcha, como movimento, busca trabalhar as ações e temas, fundamentalmente: economia solidária, soberania alimentar e energética. Outra questão importante é envolver as mulheres na comercialização, na base. E como discutimos outro sistema para nos contrapor ao capitalismo, estamos alinhados com a Marcha no sentido de discutir a Economia Solidária.

Na parte de soberania alimentar e energética, estamos compartilhando o GT de mulheres da ANA, e compartilhamos totalmente com a fala de Maria Emília. As mulheres, por exemplo, descobriram as sementes. A questão da diversidade também ampliando para gênero, juventude, etc.

Nós produtoras estamos muito neste debate: não basta haver um produto sem agrotóxicos se ele tiver o sangue das mulheres. Por isso estamos fortes no debate da agroecologia.

Em setembro fizemos um evento, em BH, onde havia 400 mulheres com a via campesina e outros movimentos, discutimos a soberania alimentar e energética, e vem novamente a agroecologia. Não dá para trabalhar um tema fora do outro: ES e soberania e segurança alimentar andam juntas.

A Marcha tem atuação em 67 países, tem uma coordenação internacional, que hoje está no Brasil. Há comitês estaduais, e uma coordenação nacional com um representante por estado. Há uma secretaria com organizações nacionais, como CUT e outras.

Além destes temas, estamos na construção do FSM09, em que estamos querendo levar um ônibus, para levar 300 a 400 mulheres da Marcha, para discutirmos e fazermos a batucada feminista. De 2009 a 2010 queremos fazer outra ação como a que fizemos em que houve 40 mil mulheres, em 2005, em que queremos fazer a Carta à Humanidade. O debate está ocorrendo já em vários estados. Será em outubro de 2010, com atividades anteriores em 2009-2010. No RN queremos realmente marchar, de um estado para outro, a pé. Há outros estados e outros países também pensando. Tem um país que vai pegar um trem e ir pegando mulheres no caminho. Haverá debates locais e também nacionais, além de internacional.

Nos articulamos também com outros movimentos, sejam eles locais ou nacionais. Temos muitas coisas e muito a contribuir, principalmente neste rumo que o FBES está trabalhando, ainda mais agora no GT de gênero. Sei que precisamos dialogar, eu como coordenação executiva. Acho que podemos contribuir, a Marcha, neste GT de gênero.

Ciro (MST)

É uma feliz coincidência estarmos aqui neste espaço. Não vou colocar uma análise de conjuntura geral, mas quero colocar alguns elementos fundamentais: temos clareza que o capitalismo não tem mais nada a oferecer aos trabalhadores. Ele não tem condições de alimentar em nada o mundo dos trabalhadores. Este capitalismo promoveu oligarquização dos mercados, a financeirização dos mercados, e agora vemos a consequência disso (a crise, a bolha). Temos tido um debate importante na região latinoamericana, e temos uma luta contra a privatização das riquezas naturais.

Acredito que vocês têm muito acúmulo e experiência sobre os potenciais da ES, mas também acredito que tenham (.....)

A reforma agrária nunca foi implementada, e está longe de ser implementada, nem por Lula, nem por FHC. Ela é, de forma muito precária, e agora quase extinta, de programa de assentamentos, que não vem junto a um plano estratégico de redemocratização do poder. Por isso que não tem acesso a mercados, etc, e reproduz microscópicamente o agronegócio.

Neste contexto, entendemos que estamos numa situação extremamente fragilizada. O MST este ano completa 25 anos. Somos frágeis, mas temos certamente uma contribuição considerável junto a outros movimentos. Há por volta de 40 movimentos que lutam pela terra, e temos contribuição para isso. Mas tem sido insuficiente para promovermos transformações. A reforma agrária não é nosso fim, mas sim a transformação social, que assim dará um retorno concreto de reforma agrária.

Nossos assentamentos em grande medida são mito frágeis, economicamente, apenas dando conta de segurança alimentar (ainda nem a soberania alimentar). A aliança estratégica mais ampla passa por uma luta da transformação social, e nossa principal estratégia é com a via campestre, a Assembléia Popular, a ANA, entre outros espaços.

Nesta dinâmica de organização social e economia nos assentamentos, com toda a sua diversidade e lutas políticas locais, tivemos duas grandes fases. A primeira fase, até início dos anos 2000, em que o MST apostou muito fortemente, e quase exclusivamente, em trabalhar a cooperação em cima de grandes empresas: cooperativas de nível estadual e mesmo nacional, que tiveram papel fundamental até mesmo para a sobrevivência do MST. Esta estratégia, entretanto, tinha muitos limites, e não dava conta da realidade da nossa base nos territórios. A partir daí, demos um salto de qualidade, de criar em 2003 um setor de produção, comercialização e cooperação do MST, que trata o conjunto dos temas que trata não só da produção nos assentamentos, mas também da vida dos sujeitos assentados, em aspectos ambientais, sociais e econômicos. Assim conseguimos qualificar o debate no MST, e incorporar as diversas realidades de nossa base.

Isso tudo ocorre numa situação extremamente adverso, em que há hegemonia de um processo destruidor do capitalismo. A esquerda está numa crise tão grande quanto o próprio capitalismo.

Além de lutarmos por outro referencial de tecnologia, a partir da agroecologia, não como técnica, mas como uma ciência que nos dá aportes para diversos processos. Nos pautamos para lutar pela soberania alimentar. Além disso, lutamos por buscar, nos nossos espaços de resistência, e a economia local, de baixa escala, a concretização de experiências. Isso vai desde famílias, associações, cooperativas, grupos maiores. Só pra citar alguns exemplos:

- há a rede de sementes bionatur, que está nos 3 estados do Sul, com o esforço de ampliar para outras regiões. Temos hoje mais de 110 variedades de sementes, o que tem um grande impacto no nosso enfrentamento ao modelo, pois demonstra que é possível lutar contra os transgênicos, e que outras formas de produzir são possíveis, preservando a biodiversidade;
- Outro exemplo é a experiência do LeiteSul, um programa de organização da produção leiteira, que vai além da produção, passando pelo manejo, agrosistema, buscando transitar para uma matriz de agroecologia.
- Temos também a luta para construir a autogestão em nossos processos de produção e de comercialização, principalmente os de curto ciclo, que ainda não são o mercado de massa. Temos que ir além destes nichos de mercado, e que pouco influencia os padrões de consumo e produção de nossa sociedade.

Gostaria de colocar para vocês o calendário de lutas do MST, que bate com o da via campestre: o dia 8 de março (articulado com as mulheres, a Marcha), depois o 19 de abril (dia mundial de luta pela reforma agrária), além de outras agendas e questões específicas do MST, em que nos mobilizamos em vários momentos. Temos momentos mais localizados e outros nacionais.

Agora há um momento importante, de muita luta: a crise do capitalismo está aí, trazendo um processo de atropelamento e repressão e criminalização, e teremos que ir pra cima também. Neste mês de dezembro faremos todos os encontros estaduais, nos 24 estados em que estamos. E no final de dezembro faremos uma reunião na fazenda Noni, no RS, onde surgiu o MST há 25 anos atrás. Queremos fazer uma grande atividade. E durante o ano de 2009 faremos nossa comemoração dos 25 anos, fazendo muita ocupação de terra, muitas ações sobre as grandes empresas, e portanto 2009 é um ano em que devemos fazer alguma grande marcha, ou outro tipo de manifestação, na perspectiva de

uma unidade maior com os outros movimentos, para acumularmos forças e sairmos desta apatia, alienação e domesticação que vivemos especialmente no governo Lula, em que há uma calma generalizada. Temos que ir ao enfrentamento ao sistema como um todo e acumular forças dentro do possível.

Leila (Fórum EJA)

Sou daqui do DF. Muitas pessoas de vários locais gostariam estar aqui, mas ficou para mim, do DF, por questões financeiras, representar nosso movimento.

Temos um site na internet, que nos permite acessar o que acontece nos estados, e também temáticas várias e vários segmentos.

Nos constituímos num espaço virtual e presencial. Em 2008 tivemos o X ENEJA, 7. MOVA, e Econtro Nacional da VI Confitea, que aconteceu no México. Tivemos portanto encontros estaduais, fomos para regionais e então nacional. Os 20 fóruns estaduais e distrital de EJA são espaços de discussão. Há estados em que há fóruns municipais que compõem o fórum estadual.

No espaço virtual temos livros digitalizados, e várias outras coisas, tais como vídeos, entrevistas, e esta mesa também será colocado no site. Há inclusive um espaço da ES, pequenino, além de notícias sobre o que tem acontecido na EJA no Brasil e no mundo, em especial sobre o CONFITEA.

Estamos muito ansiosos com a CONFITEA, e de levarmos nosso documento, em que temos recomendações para o estado, para a iniciativa privada e os fóruns dentro de nossa temática: educação e aprendizagem de jovens e adultos ao longo da vida.

Economia Solidária: com a discussão de jovens e adultos em escolas, prisões e em espaços informais, sentimos que a ES vem fortalecer nosso movimento. No X ENEJA, em 2008, no GT de EJA no contexto da ES foi de que há um desafio de construir um currículo de EJA, em que a formação da ES esteja lá dentro. Alguns estados têm isso com mais propriedade, com representantes dos fóruns estaduais de ES. Há um movimento interno do Fórum EJA de nos aproximarmos da ES, para fortalecer nossa caminhada.

Nossos interesses se unem com o da ES, pois ambos trabalhamos com educação junto a trabalhadores. Acreditamos que juntos somos mais. Vamos ver como nos fortalecer em nossa ação.

Fabiola (FACES)

Do ponto de vista do tema do comércio justo, parto de uma idéia de que o comércio justo não é um movimento social, mas sim uma proposta de formas para que o comércio, de outra forma, possa melhorar as nossas vidas, e confrontar o padrão atual de consumo e comércio. É um tema, conceito, instrumento e caminho, mas o movimento social é na Economia Solidária. Há uma característica brasileira do comércio justo: comércio justo e solidário. A politização ocorre na Economia Solidária.

A forma, desde o início, de trazer o comércio justo brasileiro, já se fez no olhar não só no aumento de comercialização dos empreendimentos, mas também para uma melhor comercialização. O FACES nasce com atores que já se identificavam com estes movimentos parceiros, que viam na comercialização um dos grandes obstáculos. Começa em torno de 2000-2001, na estratégia de formar uma base conceitual, para depois chegarmos na etapa que agora estamos, de ir para a prática. A etapa de base conceitual teve a participação do FBES, a construção do Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário.

Dentro desta proposta do SNCJS, o FACES (que é uma plataforma de entidades, 19 integrantes, dentre os quais ACS amazônia, rede cerrado, unisol, unicafes, entidades de consumo, lojas solidárias, e entidades de governo, como SENAES, SAF, SDT, e SEBRAE, todos buscando a construção de uma plataforma comum). Atuamos em 4 frentes, e em cima disso queremos ver como convergir fortemente com o FBES.

1. Articulação política e institucional: comércio justo e solidário não vem do céu, mas é uma construção social que precisa de produtores, comerciante e consumidor. Esta frente é de organizar esta construção coletiva, à luz de uma cobrança/exigência de que o Estado olhe estes mecanismos e novas experiências e fortaleça, fomenta, com o papel do Estado de promoção de melhorar a qualidade de vida. Portanto, esta frente toca na articulação dos vários atores econômicos e trabalhar isso perante o governo federal e outras instâncias estaduais e municipais (mas hoje está principalmente na federal). A principal bandeira é o SNCJS, e isso está muito emperrado, e queremos atuar com o FBES para avançar na aprovação disso

pelo governo.

2. Promoção de conceito (Formação e conscientização): acreditamos que o comércio justo e solidário precisa entrar nos processos de formação, mas também tem que chegar aos consumidores. Por que um consumidor não pode ser um ator ativo num processo de comercialização?. Aí falamos de promoção do conceito, e tem a ver com campanhas.
3. Pesquisa e construção de conhecimentos: estamos fazendo coisas novas, que precisam ser experimentadas, partilhadas, sistematizadas. Aí fazemos várias atividades, que fizemos com a SENAES.
4. Efetivar canais de comercialização solidária: há um debate: queremos acessar o mercado que está aí, ou queremos alterar o atual mercado? Não falamos do campo do nicho, do isolado, do pequeno, mas da necessidade de construirmos uma proposta de alteração social. Esta é a frente mais difícil para o FACES: como podemos contribuir para a construção destes canais?

A parceria FBES e FACES não é de hoje, se manifestou fortemente na construção do SNCJS, e nos permitiu nos olhar mais. Ano passado foi um marco, em que sentimos que a ES se apropriou e desejou abraçar a construção deste tema. E agora o tema está mais amplo, em que trabalhamos a luta por política de comercialização solidária

Destes 4 campos de atuação, vejo 2 frentes principais para a nossa sinergia FBES-FACES:

O primeiro é na parte da construção de demanda: ou seja, é o campo da promoção de conceito. Devemos buscar partilhar formas de caminharmos juntos. Isso tem a ver com fazermos por exemplo uma campanha que atinja o público consumidor, sobre o que é ES e comércio justo. Acho que podemos fazer juntos.

O segundo campo é o de incidência política: Podíamos nos articular para podermos fazer ações comuns, independentes, profissionais, para tratar as seguintes questões: o marco tributário, licitatório e sanitário; políticas de incentivo e subsídio para a ES (por que só o agronegócio é subsidiado?), principalmente o campo das compras públicas; por fim, a regulação do comércio justo e solidário, o SNCJS.

Até hoje não tivemos resposta concreta e formal da razão do SNCJS não ter sido regulamentado. Devemos trabalhar para além da IN, pensando como projeto de lei.

Maria Emília (FBSAN)

O FBSAN nasceu num contexto anterior à defesa da soberania alimentar.

Estamos propondo uma emenda constitucional, que coloque a segurança alimentar como direito no artigo 6. Além disso, há o direito de formas diferentes de reconhecimento e classificação de alimentos, de acordo com as várias culturas. Também temos, no conceito de SAN, não só a característica da alimentação, mas também do consumo. É preciso controlarmos as próprias indústrias, pois os produtos que têm sido usados para permitir (.....) conservantes..... (.....)

A produção industrial em grande escala impede as nações de terem sua diversidade garantida. O FBSAN tem apenas organizações da sociedade civil. Não há órgãos do governo no FBSAN, assim como na ANA. É uma pluralidade muito grande de atores. Temos avançado em diálogos entre estes atores, e campos, como por exemplo nutricionistas discutindo agroecologia.

No seminário que discutimos alimentação escolar, estavam várias organizações, e criamos uma comissão ligada à alimentação escolar, pela aprovação do PL da alimentação escolar. Para nós esta é uma política chave do FBSAN.

Faremos um VI encontro do FBSAN no ano que vem, e um dos aspectos fundamentais é o diálogo do FBSAN com outros Fóruns. Achamos que isso será um dos princípios da estrutura do FBSAN: a articulação com outros fóruns, que tenham defesa de pautas semelhantes. Para nós, o diálogo com outros fóruns chegaria mesmo para a nossa estrutura: termos outros fóruns na nossa coordenação.

Nossa pauta é a biodiversidade, nutrição, cultura e alimentação (....) Ainda não estamos conseguindo lutar, incluindo outras bases de alimentos regionais, que têm a ver com as culturas locais. Isso nos permite a relação com outros atores.

Outro é o que associa educação alimentar e educação ambiental, a partir dos princípios do Paulo Freire, para conseguirmos ampliar o debate para outros atores.

Por fim, tivemos a oportunidade de debater os fundos solidários. Queremos reafirmar a importância relacionada aos fundos.

H.2. Debate

Antes do início do debate, Daniel fez uma fala de síntese (ver anexo) para provocação do diálogo.

Otniel

Há uma necessidade de atualizarmos o lema da ES e do FBES como instrumento deste movimento. Fica evidente a necessidade de reação dos movimentos sociais de levá-los a um gueto. A questão de mobilização vai além dos GTs: falamos de Consulta Popular, Assembléia Popular (questão da energia), e há pautas fundamentais nestes vários campos, em várias perspectivas.

Temos que criar palavras de ordem.

Lenivaldo

Nós da ES temos um grande desafio, já que a campanha da fraternidade de 2010 será sobre ES. Temos que avançar na luta pelo reconhecimento da propriedade coletiva: o estado brasileiro não sabe mexer na propriedade coletiva, não reconhece, isso não existe juridicamente. Temos que lutar por esta alteração da legislação: o direito à propriedade associativa/coletiva dos meios de produção. O fundamento do capitalismo é a propriedade privada, e isso temos que superar.

Outra coisa que podemos, nos movimentos sociais, é repensar o conceito mesmo do socialismo. A ES revitaliza este conceito, e dá uma arejada nisso.

Giselle

Fiquei muito feliz com as falas das pessoas da mesa, e me lembre de uma fala de um companheiro do MST: temos vários latifúndios: o da terra, o do saber (a necessidade do reconhecimento dos vários saberes, e o acesso aos meios de sistematização do conhecimento), meios de produção (bandeira da ES), e da informação.

Proponho que pensem a partir de nossa experiência no Paraná de construir o IX ENEJA junto os movimentos de ES e de EJA, fizemos uma ação concreta da produção do evento. As camisetas do ENEJA foram da Justa Trama, as sacolas da Coopermanje, as alimentações (...). Temos que colocar os movimentos sociais, que estão comprometidos com a construção de outra sociedade, de passarmos pela parte econômica colocando a ES, passando pela força política do consumo.

Precisamos botar no centro da articulação dos movimentos, o que consumimos para fazer nossos eventos: inserir a dimensão da estrutura dos próprios eventos, que esteja na ES.

Rosimeri (AL)

Ao amigo do MST: como está a fiscalização com vocês com os seus assentamentos, pois há venda de lotes?

E do EJA, o lance das cartilhas.

E gostei do lance dos conservantes. Sou química, e debato a questão dos conservantes: eles têm códigos mas não os ingredientes.

Rosemary (onda solidária)

Temos pessoas de vários movimentos, e trouxemos para uma pauta que é imensa, e complexa. As identidades são múltiplas: a ES tem a dificuldade de construção de pautas comuns. Temos uma grande fragilidade, estamos em 27 estados, tentando construir uma pauta de lutas (.....)

Uma questão é o modelo produtivo e outra é o padrão de consumo. Como falamos de Economia e tratamos na prática estas relações. Outro é a comercialização, um debate sobre o mercado. A ANA tem este debate de relação com mercados. E isso nos trás uma pergunta: é possível construir mercados? Paul Singer diz que a ES é o modelo de socialismo do século XXI. Talvez seja demais. Mas sendo ela experimentação, ou (...). Temos que fazer um debate da economia alternativa.

Outro desafio são as práticas. Como articular as práticas com a construção (....)

Rosana

Quem começou a ES é a mulher. A mulher é essencial, e isso é um debate importante, que precisa ser explicitado em todos os espaços. Temos um CONSEA na Bahia, e nosso representante da ES é um homem. É fundamental incluir a economia, o saber popular, agregando muitas coisas. Isso não fica solto, tudo junto nas várias coisas.

Na parte da educação: não sabíamos que o EJA mexe com a ES. Nossos coordenadores de EJA não sabem que há esta coisa de trabalhar com a ES.

Moça do Sergipe e de Alagoas

Não temos articulação do Fórum EJA e da ES.

Marcos Sussuarana

Pro moço do MST: como podemos acumular forças? Essa crise nos dá uma nova oportunidade?

Christiane

Gostaria de parabenizar a fala da Fabíola, pois ela conseguiu dar um fecho para articulação dos dois movimentos no Brasil.

É um avanço fundamental estarmos hoje com vários movimentos e trocamos nossas pautas e articulações. A ES trás, para além da parte política, as práticas.

Temos que trabalhar duas dimensões: a importância de inter-dependência. Somos do mesmo campo ideológico, e por isso temos que trabalhar para a construção de transformação social. É fundamental termos isso em mente. A segunda dimensão é a inter-cooperação: no trabalho conjunto das lutas, e também no campo da cooperação.

A Unicafes está em processo de parceria com o MST no campo da comercialização, e temos debatido em como as organizações sociais podem se tornar consumidores dos produtos da agricultura familiar. Por que não tentarmos efetivamente inserir isso no dia a dia de nossas organizações?

Daniel Sucupira (MG)

A explanação do companheiro Ciro foi muito boa, e fez uma ótima provocação. Quem ainda acreditar que poderá, no capitalismo, superar os problemas, pode desistir.

Todos os companheiros e companheiras têm diferentes acúmulos. Falo do Fórum Regional do Mucuri, em que há pouco acúmulo. Outros movimentos sociais apenas se aproximam se houver confiança na nossa clareza política.

O FBES deve ficar aberto aos convites destes movimentos, e ao mesmo tempo ter a clareza de convidar estes movimentos. A Neneide aqui é do movimento de ES, mas também da Marcha de Mulheres, e isso é normal, pois é importante percebermos a relação entre .

Rodrigo (MG)

Este momento é histórico aqui.

Gostaria de lembrar a importância de alterarmos a lei de repasse de recursos para a sociedade civil, e temos que avançar, pois só temos retrocedido.

Na nossa análise de conjuntura, e na colocação do Ciro, está claro que o momento atual é de luta, e portanto está na hora de irmos à rua, com nossos companheiros, diferentemente do que vivemos no I encontro de empreendimentos.

Leila (Fórum EJA)

Não somos governo. Por exemplo, aqui no DF o Fórum EJA nasce do movimento que trabalhava com educação popular. É assim que vai surgindo.

Costumamos chamar os governos locais, mas há dificuldades muito grande de termos presença do governo em nossos espaços. E nem sempre temos acesso à produção de documentos, etc. Por causa desta falta de apoio. E estamos sofrendo muito com isso.

O Fórum EJA congrega pessoas que querem discutir e debater estes assuntos. Nosso acesso às escolas se dá..... é pelo portal que se encontra os fóruns estaduais. Não temos uma sede própria, nacional, com secretária, etc, é algo bem precário mesmo. Há portanto estados em que a organização dos fóruns está mais fôlego, e outras em que as coisas estão começando.

Foi uma alegria estarmos aqui hoje, e gostaríamos de convidar as pessoas aqui do DF para participar do encontro distrital de EJA, que ocorrerá neste dia 6 no sindpetro. Seria importante termos o Fórum DF de ES presente em nosso encontro, para buscarmos juntar nossas forças.

Ciro (MST)

O governo do Lula rebaixou a pauta, reduziu a força dos movimentos, vulgarizou a luta. Achávamos que o PT seria um instrumento de transformação, mas acabou sendo um instrumento do próprio capitalismo. Transgênicos vieram no governo Lula, expansão da fronteira agrícola etc... E muitos movimentos e ONGs aderiram ao governo, e ao estar na gestão não se defende mais o movimento organizado.

Há partidos de esquerda que querem mudar as coisas por dentro da ordem do marco legal e não pelo povo. Qual o papel da população brasileira no governo Lula? Receber o bolsa-família? Isso não dá.

O capitalismo não vai acabar, mas com esta quebradeira, passei a ouvir de números que nunca ouvi, como 700 bilhões de reais. As empresas de celulose, que empregavam e destruíam todo o meio ambiente, agora despedem em massa, pela crise. Haverá uma reconfiguração do capital, e uma reconfiguração dos movimentos sociais. Há uma nova correlação de forças sendo construída, que exige muita luta, sabedoria, estudo, e principalmente mobilização popular. O outro lado não está tão forte, mas é muito mais forte. As lutas de reforma agrária, soberania alimentar, economia solidária, podem recolocar o debate do projeto de sociedade para a população.

Temos muito ânimo, esperança e luta, pois vemos boas perspectivas daqui para frente, pois toda crise gera mudanças e esperamos que isso nos seja favorável.

Sobre a companheira do AL: nós somos um movimento social, não somos uma ONG e muito menos o estado. É óbvio que acontecem coisas em assentamentos, mas isso é natural, ainda mais na precariedade absoluta que estamos vivendo.

Estamos à disposição, temos pessoas em todos os lugares, que podem estar nos associando.

Neneide (MMM)

Existem várias pessoas aqui da Marcha. É um movimento aberto em que não é necessário ficha e tal, então quem quiser se envolver, é bem vinda.

A questão da mulher tem tudo a ver com a ES: queremos a transformação o sistema capitalista, e isso envolve os dois movimentos, na dimensão econômica. Deixo aqui o nosso lema: "Mudar o mundo para mudar a vida das mulheres". Fico feliz de estar aqui nesta mesa, e agradeço.

Maria Emília

Gostaria de fazer duas observações:

Em primeiro lugar, tanto da ANA quanto do FBSAN é que nossa perspectiva sobre os agrocombustíveis merece nossa mobilização, e tem muito em comum com a ES, pois grande parte das experiências da economia solidária são da produção alimentar.

Tanto na ANA quanto no FBSAN, o debate da reforma agrária é fundante, pois sem ela não teremos nem ES, nem agroecologia.

Há várias formas de uso da terra que não têm absolutamente nenhuma cobertura ou reconhecimento legal: uso de terras de fundo de quintal, agroextrativismo, comunitárias, de uso comum. Neste sentido concordo com a importância de reconhecimento das propriedades coletivas.

Além disso, é gravíssimo termos um país que não tem limite no tamanho de terras.

Será necessária muita mobilização social.

Queremos continuar o diálogo.

Fabiola

Assim como o FBES terá que continuar o debate sobre esta articulação, nós desta mesa temos a responsabilidade de debater em nossos espaços, para de fato termos ações e pautas conjuntas e concretas.

I. Mesa de diálogo com o governo federal

I.1. Exposições

Sandra Praxedes

Abriu a mesa.

Quenes (Secretaria Geral da Presidência da República)

Sinto-me à vontade para estar aqui, já que tenho companheiros nesta mesa que executam as políticas específicas de Economia Solidária.

Nossa secretaria trabalha na relação com os movimentos sociais. Tenho grande alegria de ver este movimento em crescimento constante: a Economia Solidária cresceu muito. Cresci e me criei no ABC Paulista, e vi as iniciativas que hoje estão muito fortes nascerem. Este momento de reunião com vocês tem um sentido muito especial. Cada um (a) de vocês têm uma trajetória de muito acúmulo.

O canal de interlocução que vocês têm de interlocução e representação política é o FBES, e por isso quero parabenizá-los. Não falo apenas da forma como Lula recepcionou esta temática, mas vemos que as demandas de vocês por políticas públicas locais, e proposição, é muito importante. A Economia Solidária reúne mais gente, e tem uma mística maior do que muitos sindicatos, até por causa de um processo de desmonte da organização de trabalhadores com a diminuição do emprego formal.

A interlocução é importante no sentido de qualificar a política. Os sindicatos sabem o que querem, e tenho certeza que vocês também sabem. Esta reunião de vocês foi muito boa, e avançou muito na construção da nova coordenação executiva.

A maior participação de movimentos sociais no evento da presidência foi o movimento negro, o movimento de mulheres, o movimento indígena, e principalmente vocês, do movimento de Economia Solidária. Infelizmente não foi possível ter a presença de nosso presidente, mas tenho certeza que vocês compreendem a catástrofe que se deu sobre o estado de Santa Catarina.

De qualquer forma, este evento representou muito para nós, pois contou com grupos que normalmente não circulam neste ambiente. E todos têm a ver com a Economia Solidária: percebemos como o movimento negro, o movimento de mulheres, têm interesse em se aproximar da Economia Solidária. Colocamo-nos à disposição para contribuir para que vocês possam articular com outros movimentos, como viabilizar encontros, pensar pautas, etc.

Outra dimensão da ação de nossa secretaria é a relação com os Conselhos. Fizemos uma pesquisa sobre o conjunto de conselhos existentes (por volta de 130 no país). Aí pensamos a necessidade de fazer um processo de formação junto aos Conselhos, não todos, mas 28 que foram selecionados por terem um peso de representação maior. À medida que vocês, via Conselho de Economia Solidária, ou via outros conselhos, organizarem demandas, estamos prontos a acolher.

Vocês fizeram uma primeira conferência, e há outras 13 que trouxeram a temática da ES. Estamos estruturando um banco de dados com estas informações, e entendemos que é fundamental disponibilizarmos estas informações para conseguirmos ver como os conselhos dialogam entre si ou podem se articular.

Uma questão importante é a dificuldade que todos vocês sentiram, que foi o entrave da lei 6170 e a portaria 127. Alguns daqui fizeram algumas reuniões com o ministério do planejamento, e há alguns avanços, como o aumento da taxa administrativa de 15%. Agora há o SICONV, em que todos têm que se cadastrar. Estamos discutindo com o conjunto de entidades que tem discutido conosco a realização de seminários, no início nacional, e depois estaduais, para capacitação com relação ao SICONV. Não preciso falar tanto sobre as novidades que vêm nestes instrumentos, mas haverá as notas técnicas, e isso ajudará. Tudo isso é muito novo, e o próprio governo precisará de se apropriar das mudanças.

De agora em diante, temos a esperança de uma normativa que seja mais adequada.

Agradeço o convite, e nos colocamos à disposição da coordenação do FBES para discutirmos as políticas.

Marcelo Piccin (SESAN/MDS)

Estou muito feliz de participar com vocês de uma reunião do FBES. É a primeira vez, mas tenho acompanhado os diálogos.

Eu trabalho na SESAN, departamento coordenado por Crispim Moreira, mas infelizmente ele está num seminário nacional sobre alimentação escolar, no Rio de Janeiro, e não pode estar aqui. Este espaço, este coletivo, é um dos mais qualificados que temos no Brasil, e não tenho dúvidas de fazer esta afirmação: há os/as melhores lutadores/as do Brasil. Pessoas que construíram a plataforma da Economia Solidária, com o desafio de construir um outro desenvolvimento, outra economia, e praticam isso na ponta.

O MDS, especialmente a SESAN, no último período, tem tentado construir uma relação mais próxima, mais orgânica, com o FBES: desde minha primeira reunião com o Crispim, ele avisou que o principal movimento com o qual devíamos dialogar é o FBES.

Faço parte da coordenação do PAA. Eu gostaria de dialogar no sentido de “combinarmos o jogo” para que os empreendimentos solidários possam acessar mais o PAA. Estávamos no meio do ano quando fizemos a aproximação, e tentamos garantir e passar informações para os municípios sobre os empreendimentos de Economia Solidária. Ainda não tenho a visão final do fruto deste processo, e acho que em janeiro teremos um quadro mais definido de quantos empreendimentos solidários conseguimos de fato incluir neste processo. Mas já adianto que tivemos alguns problemas de “combinar o jogo” por dentro do FBES, e quero retornar a isso mais adiante na minha fala.

Para o MDS (.....)

Reafirmamos e colocamos aqui no FBES uma perspectiva que comunga com a estratégia da Economia Solidária. Temos uma articulação concreta com a SENAES, no Proninc, em que conveniamos 19 incubadoras universitárias mais 14 que serão conveniadas este ano.

É importante socializar que o público do ministério é muito bem definido: O ministério trabalha é com os pobres do campo e os pobres da cidade.

Com relação aos do campo, os mais proeminentes são PAA, e o das cisternas. Em um estudo do PNAD de 2004 que diz que 2,3 milhões de pessoas que vivem no meio rural possuem algum tipo de insegurança alimentar. Um desafio deste ministério é garantir o acesso à alimentação, e estes dois programas avançam nisso, além do bolsa-família.

Já na zona urbana, há os bancos de alimentação, restaurantes populares, centrais de comercialização de produtos a preços acessíveis, etc. São programas que se inserem no mercado, abrindo vias de acesso. Mas não há muitos programas que gerem renda.

Neste sentido, o nosso ministro tem a orientação de avançarmos no campo da geração de renda, e isso deve se dar na Secretaria Nacional de Oportunidades. Aí teremos programas concretos que devem ser construídos a partir das plataformas da Economia Solidária.

Aí temos, portanto, muitas perspectivas de nos juntarmos mais ainda, e por isso será importante uma agenda rápida conosco do MDS, pois estamos em processo de planejamento, em dezembro e janeiro. Nosso planejamento é para os próximos dois anos, portanto é fundamental o FBES não perder este tempo, se reunir conosco e especialmente com Ronaldo, da nova secretaria.

Os critérios pensados define o público a ser atingido, os executores dos programas, etc. Portanto é a hora do FBES incidir conosco. O momento de definir os critérios para estas parcerias na execução é agora.

Tem dois eixos que me parecem importantes e que nós do MDS queremos o FBES conosco, por vermos como parceria estratégica: o PAA, que é potente, pois há o PAA do MDS (relacionado à segurança alimentar, associado à produção, comercialização e consumo, buscando estruturar a cadeia), o PAA do MDA (de estoque, ligado à agricultura familiar), e ainda por cima o PAA do MEC (que injeta 2 bilhões para compra de alimentos) de alimentação escolar. Sei que vocês estão debatendo a produção de alimentos, e esta é uma pauta que precisa portanto ser pautada não só no MDS, mas também no MDA e no MEC! Ou seja, pensar o PAA significa pensar 3 ministérios, ou até mesmo 6 ministérios que compõem o Conselho Gestor do Programa. Bem, como viabilizamos o acesso dos empreendimentos da Economia Solidária no PAA? Como combinamos melhor o jogo com o FBES. Quando conveníamos com as prefeituras, como podemos fazer isso via FBES, FEES e Fóruns Municipais de Economia Solidária? Quando repassamos recursos para a CONAB, como combinamos via FBES e Fóruns Locais? O segundo eixo estratégico é a nova secretaria, de Oportunidade e Inclusão Produtiva (sob comando do Ronaldo), que dará um campo importante de articulação com o FBES. Ele está pensando em 3 questões: o crédito, financiamento; a assistência técnica; e a formação.

Vital (SDT/MDA)

O nosso ministério é de desenvolvimento, também, como o MDS. Somos obrigados a trabalhar o tema da Economia Solidária, pois falamos de desenvolvimento sustentável, nas várias dimensões: social, ambiental, cultural, e com certeza também a dimensão econômica. Não deixaremos a parte econômica, mas só dá para fazer de modo sustentável, não dá para fazer do jeito convencional: é a aí que entra a Economia Solidária. Se não trabalharmos com este enfoque, acabaremos sendo discípulos de Delfim Neto. Se para trabalhar desenvolvimento temos que mexer na dimensão econômica, e para mexer na dimensão econômica temos que mexer com a Economia Solidária, o governo tem que olhar para o tema. E assim, este governo criou a Secretaria Nacional de Economia Solidária no MTE.

A minha diretoria tem o papel de trabalhar especificamente a dinamização econômica dos territórios. A nossa secretaria e a da SENAES tem uma identidade que vem de antes, de uma realidade que sempre desejamos. No nosso ministério ficamos de pensar como fazer o desenvolvimento sustentável no campo, e escolhemos trabalhar pela abordagem territorial. Aí decidimos, depois de muita discussão, que o território deveria ser feito por elementos culturais. Uma coisa importante é que os territórios não são apenas campo: são campo e cidade, e isso criou uma aradilha para nosso ministério: como podemos trabalhar a cidade? Isso virou também uma oportunidade, de aliança com SENAES, com MDS, etc. Mas e as capitais, como ficam? Não podem ficar fora, pois 70% do PIB é gerado nestes espaços: há uma migração de capital muito grande dos territórios para estes centros. Para a gente poder dinamizar a economia do rural, é fundamental tentar reverter o fluxo das riquezas do interior para as capitais. Isso nos obriga a ver os parceiros nossos que estão nas capitais. Onde o movimento de Economia Solidária é mais forte? É nas capitais.

Bem, como vamos trabalhar a relação interior e capital? Como aproveitar a experiência dos Fóruns Estaduais, na comercialização e no consumo? Ainda não temos a resposta para isso, mas temos que enfrentar este desafio.

Juntamos com a SENAES, e apoiamos a construção do SNCJS, também a construção das feiras estaduais, que viraram feiras da agricultura familiar e economia solidária, e na participação do Conselho Nacional de ES. E nos permitiu nos focarmos no debate da comercialização, que é um dos principais gargalos de que padecem boa parte de nossos empreendimentos do campo e da cidade.

Outra coisa concreta que conseguimos fazer foi: aproveitamos a conferência de desenvolvimento rural e sustentável e fizemos um encontro juntos, específico sobre cooperativismo solidário. Isso foi fundamental: afirmarmos as bandeiras da Economia Solidária nesta conferência.

Outro tema fundamental para avançarmos mais são as finanças solidárias.

Temos também que pensar a própria estrutura do FBES: como ajudamos a SENAES no apoio ao FBES?

E o consumo? Há experiências importantes no FBES que trabalham isso. Como avançar?

E o Comércio Justo? Isso é algo fundamental para avançarmos também, que dá a liga campo e cidade.

Faço um desafio: foi lançado o programa “Territórios da Cidadania”, e estes têm colegiados territoriais. Aí pergunto: qual é a estratégia que o FBES vai usar para ocupar estes colegiados territoriais, se é lá que está indo a política? Como nos inserir e pautarmos e sensibilizarmos os colegiados para a temática da economia solidária? E há os conselhos territoriais, que também é fundamental os Fóruns pegarem cadeiras no conselho?

Como faremos para que os vários segmentos da ES ocupem espaço? Como usamos as organizações do FBES que estão lá dentro para a ES?

Fábio Sanchez (SENAES)

Gostaria de complementar as falas anteriores, da alegria de estar mais uma vez com vocês. Quero fazer um balanço, e para isso vou falar dos grandes eixos que aparecem no mapeamento de ES como principais dificuldades dos empreendimentos solidários: formação, crédito e comercialização. Chamo estes eixos de outra forma: acesso a conhecimento; comercialização solidária; e finanças solidárias.

Neste primeiro eixo há algumas ações da SENAES e não vou falar de todas.

Uma das ações principais é a construção dos centros de formação. Fizemos uma chamada pública, de 6 entidades, e estamos no momento de tentar efetivar estas parcerias através de convênios. Há pouco tempo o Roberto Marinho mandou uma nota pública para o e_solidaria. Cada um destes está num momento diferente: O do norte (no Pará) está resolvido, e na segunda os recursos devem ser repassados, e os outros projetos estão caminhando, e temos a esperança de até no final do ano os 6 projetos estejam assinados.

Até o final do ano temos expectativa de um novo Planseq: prevemos que haja algo como 5 milhões de reais, voltados especificamente para as redes de economia solidária fazerem seus processos de formação.

Além disso temos o Proninc, o Brasil Local, o próprio mapeamento teve uma chamada pública feita recentemente, e pensamos também uma parceria com o FINEP para um trabalho mais articulado no campo das tecnologias sociais.

Uma coisa difícil é sempre a consolidação das parcerias com a sociedade civil, que a Quenes já nos apresentou.

De comercialização também temos esperança de que o convênio seja assinado até o final do ano.

Quanto ao SNCJS, todos acompanharam os problemas que houve com a minuta, pois foi dito que não daria para ser uma portaria ministerial, ou se poderia ser um decreto presidencial. Senão, teríamos que ver o que seria na parte de projeto de lei.

Nossos companheiros do MDA e MDS falaram bastante de compras públicas. O desafio é grande, e queremos incluir esse debate também para a área urbana. Uma conquista protagonizada pelo Conselho de ES foi a inserção das cooperativas no SuperSimples, o que será um avanço, mas não é suficiente.

Continuamos a parceria com o BNB sobre os fundos rotativos. Estamos com uma chamada para os bancos comunitários, para expandir a sua rede, em especial no âmbito do PRONASCI (do ministério de segurança pública). Fizemos um processo rico de diálogo e formação com o BNDES, buscando expandir o trabalho do departamento de ES lá dentro para outros campos da ES, mas é um trabalho difícil, visto a dureza deste órgão.

Uma boa notícia foi o PL proposto por Luiza Eundina, que trata de bancos populares, e significou um engajamento dela na temática: colocou uma emenda individual de 1 milhão para a SENAES apenas para trabalharmos finanças solidárias. Outra boa notícia é a emenda da comissão de trabalho, de 50 milhões para políticas de comercialização no ano que vem.

É importante destacar que as parcerias que fazemos no governo federal são importantes. Temos muita coisa com MDA, MDS, também com o PRONASCI, de trabalhar nos presídios (que o ministério julgou municípios mais violentos), Ministério da Saúde, e com o ministério da justiça temos tratado o tema das cooperativas sociais, tanto na reformulação da legislação como na construção de uma política mais estruturada neste campo, que chamamos de cooperativismo social.

Temos tido um debate intenso com a rede de gestores, e o momento pós eleitoral municipal, tivemos um crescimento de 4 para 13 estados com políticas públicas, e o número de municípios aumentou muito (ainda não temos números). Nós de governo e sociedade civil temos a obrigação de trabalhar nestas esferas municipal e estadual.

O crescimento da ES nos dá o desafio de consolidarmos a institucionalidade da política pública da Economia Solidária. Sabemos que precisamos fortalecer o CNES no próximo período como grande espaço de construção de políticas públicas da ES. Queremos começar isso desde 2009.

Temos debatido dentro do CNES, uma bandeira do FBES, que seria uma Lei da ES (Estatuto, ou Lei Orgânica) que consolide a Economia Solidária como um direito daqueles que fazem a ES poderem viver disso. Sabemos que este tema ainda é nebuloso, mas é uma das prioridades que temos nos colocado para o próximo período. Esta prioridade se liga com outra, pois sabemos que nenhuma lei por si só tem efeito: portanto estamos pensando em articular este processo com a próxima Conferência Nacional de ES (ela deve acontecer até no máximo o início de 2010). Será um momento importante para um balanço das políticas nestes últimos 8 anos.

Um das condições que nos colocam: temos visto que a ES, e todo um campo político, tem crescido e incomodado muito. A ES é um projeto político, e isso incomoda: o nosso crescimento colocará pedras no nosso caminho, pois outros setores da sociedade poderão nos atacar. Isso envolve todo este processo de CPI das ONGs, criminalização dos movimentos, e precisamos tratar como sendo um enfrentamento político, e não apenas um ataque.

Apesar dos problemas, lembro do Erasmo Carlos: “Se você quer brigar.... Pode vir quente que estou fervendo”.

Sandra Praxedes

(....)

Vital trouxe o desafio da articulação campo e cidade, a estratégia de conquistar os territórios.

E os conselhos, em que precisamos avançar.

(....)

I.2. Debate

Otniel (ES)

(.....)

Hoje temos discutido a possibilidade destas feiras se articularem com os bancos comunitários. Já fizemos um estudo, que estamos concluindo, de um projeto base da construção de um novo centro público, para termos em 2 anos. E isso é fundamental de fortalecermos estes centros de comercialização que apóiam comercialização campo-cidade.

Silvio (SC)

No extremo oeste de SC fomos surpreendidos pelo corte do leite do tipo C, o que está nos dando uma crise dos empreendimentos leiteiros. Temos no MDS um diálogo com hortas urbanas. (....)

Milton (RS)

A maior indústria do Brasil, a Gerdau, está chegando na casa de 1 bilhão de recursos de benefícios fiscais. E ainda por cima há enorme sonegação fiscal. Ao mesmo tempo grande parte dos programas sociais está parado, com auditorias, etc. É um problema grave de classes. Não é mais detalhe, e nos envolve dos movimentos sociais: temos que construir uma pauta e estratégia de como vamos dobrar o inimigo. A questão é muito grave, que não é burocrática: é de disputa do estado, e de enfrentamento.

Chica (MG)

É muito bom ouvir o governo. Na maioria das vezes ouvimos a prestação de contas, e a mesa quase toda prestou contas, e falou de coisas muito bonitas que estão acontecendo. Hoje os empreendimentos solidários têm informação, e são tão técnicos quanto as entidades.

A necessidade de outros movimentos sociais estarem conosco é visível.

Recentemente estive no seminário do Banco Central sobre microfinanças, e no apagar das luzes houve um debate de economia solidária. Falou-se de 150 bancos comunitários: é importante pro urbano, mas e o rural?

Daniel (MG)

O governo Lula fez o que o Brasil nunca vivenciou, sobretudo a partir do terceiro ano de mandato pra cá, que foi a unificação de políticas de ministérios. Lembro quando se falava que as coisas ficavam nas caixinhas, em cada ministério. Acho que o governo Lula inovou, e inovou muito bem neste sentido.

Acho que temos 3 desafios: em primeiro lugar, as entidades de assessoria: temos que trabalhar nossos arranjos, articulação, consórcios entre entidades para captarmos recursos. Temos discutido a importância desta articulação. Outro desafio é dos empreendimentos: ocupar espaços estratégicos como conselhos e outros espaços de interlocução e construção de políticas públicas. Por fim, há o desafio de nossos companheiros do governo federal, e outros que são partidários: estamos próximos a um processo eleitoral, e portanto nada ficará se não conseguirmos eleger um governo democrático progressista.

E o desafio dos três segmentos é encamparmos uma luta coletiva pela continuidade dos projetos sociais.

Marcos (RO)

Atuei como articulador territorial. Estas falas complementam problemas que temos, de deficiências nos estados.

Temos que ter uma proximidade maior do mapeamento com os fóruns estaduais.

Outra coisa importante é o Brasil Local, que precisa ser mais construído junto com os fóruns locais.

Da ação por território, é algo fundamental, pois é um espaço inclusivo. Muitos dos empreendimentos urbanos têm assento e contribuem com a discussão e se beneficiam com recursos de infra-estrutura. Por isso gostaria que o debate com a coordenação executiva continue e se amplie.

Com relação ao PAA, precisamos que ele dialogue com os territórios, com ações mais operacionais no territorial.

Ademar (Cáritas)

No geral, posso dizer que temos que afirmar as políticas públicas assim: muitos programas articulados numa única política. Cada ministério tem programas, e é fundamental articular: este é um desafio, e como darmos unidade a isso?

Na sexta-feira, pela manhã, fiquei muito desanimado: descobri que não havia 4 passagens de nenhum destes ministérios para fazer a reunião do comitê gestor dos fundos solidários, uma experiência rica de articulação. E ao mesmo tempo, à noite, fiquei feliz ao ver que o FBSAN mudou sua agenda para estar aqui com o FBES e dialogar e afirmar o que precisamos afirmar e construir uma agenda comum.

Quenes comentou do esforço das 25 organizações que estão discutindo o marco legal, mas não sabemos nem se haverá o pagamento destas passagens! Sem limpar o terreno do marco legal do financiamento de recursos públicos para a sociedade, não avançaremos no marco legal da economia solidária.

Temos que lembrar que o Singer teve um papel fundamental para abrir o diálogo com a presidência sobre o marco legal de repasses para a sociedade civil, ao escrever o artigo na Folha de São Paulo. Mas quero deixar claro que ele pode receber retaliações por ter feito isso, e será necessário todos nós irmos a sua defesa.

Rodrigo (Cáritas)

Queremos afirmar que não tivemos os seminários regionais de comercialização, mas são importantes, e precisamos fazê-los, até para podermos nos articular entre nós e com outros movimentos. Queremos saber se haverá estes seminários regionais no ano que vem.

Ontem no debate com os movimentos sociais ficou clara a questão da importância do PAA. Mas o problema é que há muitos empreendimentos urbanos que produzem alimentos, e por serem urbanos não têm a DAP. Como fazer com que o programa de aquisição inclua a economia solidária?

Haroldo (SENAES)

A fala do Ademar é muito centrada. Realmente, não conseguimos nem pagar passagens aéreas: o FBES terá que conseguir para poder se manter como uma das forças mais ativas que temos no Brasil. É uma questão central o FBES debater a sua sustentabilidade, para além dos recursos públicos.

No marco regulatório temos que eleger algumas prioridades, e na minha opinião temos que afirmar os seguintes: o PAA, e o SNCJS.

Quero deixar claro da importância dos recursos da Deputada Erundina para o debate das finanças populares e solidárias. É fundamental que o FBES encampe este debate, e no comitê de finanças do CNES possa encampar a idéia de uma Conferência Nacional de Finanças Populares e Solidárias.

Marcelo Piccin (MDS)

Sobre a questão do leite, tocada pelo companheiro de SC. Houve uma decisão do conselho gestor do PAA de que o leite deveria sair do programa. E agora a coisa foi resolvida e saiu a deliberação de que o leite voltará a ser comprado em janeiro.

Sobre a questão do PAA poder adquirir produtos não só da agricultura familiar, mas também da Economia Solidária, é um bom debate. Estamos com 14 centros de agricultura urbana e periurbana, e este debate toca aos empreendimentos apoiados por eles, pois estes também não têm DAP. Temos que saber como resolver isso, entre o MDA e MDS, da possibilidade de termos agricultores urbanos. E tem também a questão do marco legal, que define a agricultura familiar, pois ela não considera o meio urbano. Tem coisa que ainda precisamos avançar. O FBES tem que vir com pauta, com ofício, em dois espaços: 1) O Conselho Gestor do PAA e a Secretaria Executiva do PAA. O FBES tem que exigir esta pauta. E eu me coloco à disposição para contribuir nesta pauta. 2) E ao mesmo tempo o Conselho Nacional de Desenvolvimento (.....)

Além disso, vocês colocaram uma pauta ainda maior, que envolve produção de alimentos, não só da agricultura. É algo para construirmos nestes dois espaços no próximo período.

O PAA é muito articulado com os municípios. Mas fora disso, está subordinado à política dos territórios.

Quanto ao Marco Legal, estamos num entrave. Estamos tentando montar uma nova lei que emenda a lei do PAA, ou então um marco mais amplo que saia dos convênios e termos de parceria.

O Ademar colocou algo muito concreto, mas não tenho informações. Acho que precisamos fazer uma combinação maior, para um compromisso real e concreto de nós que estamos na máquina para que processos deste tipo aconteçam.

Agradeço a participação e o convite de vocês, e reafirmo que o MDS está à disposição de aprofundarmos a parceria com o FBES, nestes 2 anos que nos restam. Queremos avançar na pauta e nos pontos que para o FBES sejam importantes.

Fábio (SENAES)

Em relação às finanças solidárias, com relação aos 150 bancos comunitários e os fundos rotativos, de termos um diálogo com o BASA. Isso tudo tem a ver com avançarmos a política de finanças solidárias. Estamos ainda muito tímidos no governo brasileiro. Há muito o que avançar neste tema, e talvez seja um dos que necessite maior desenvolvimento do eixo.

A questão do Silvío, ligada à comercialização, recebemos 33 projetos, e passarão pelo comitê gestor, e serão encaminhados para a Fundação Banco do Brasil. Mas temos um problema que é o fim do convênio com a FBB, e estamos lutando por um aditamento. O dinheiro está liberado, mas precisamos operacionalizá-lo.

Com relação ao marco jurídico, na relação entre governo e sociedade civil: nós do governo estamos passando por momentos difíceis: de fato muito está inviabilizado. Por isso, temos que retomar que há um problema político, e não jurídico. Isso indica a necessidade de mobilização da sociedade civil para avançar nas políticas sociais que caracterizam um estado democrático e popular.

Nós desta mesa temos grande afinidade, e aliança política com o FBES, que é fundamental e precisamos estreitar, nos nossos desafios.

Vital (MDA)

Há o grande desafio de transformarmos o que está no papel das conferências. Quanto ao que o Otniel falou, está a questão do SECAFES, bases de serviços, etc. Para transformar estes papéis em ações, não podemos nos esquecer que há muitos espaços na ponta em que há articulação entre as questões territoriais e da ES. Um exemplo é o Fórum Catarinense, um grande Fórum que articula isso. Muitos atores do FBES, portanto, já estão trabalhando junto à política territorial.

As bases de serviços, quando operam, explodem o uso de PAA, dão respostas rápidas.

Sobre os seminários de comercialização, a resposta é que faremos seminários ano que vem, com a SENAES. Se as duas secretarias aqui estão dizendo “sim”, vamos fazer. E acho que o Marcelo aqui também vai se envolver nesta história.

Foi falado também das centrais de comercialização. Já temos debatido sobre isso, como por exemplo as feirinhas, que envolvem campo e cidade. Se formos fazer editais de feiras, temos que insistir na prioridade à agroecologia, o comércio justo, e isso estimula quem não faz isso, que faça.

As prefeituras e governos estaduais foram capacitadas por anos para lidar com recursos públicos. Temos que aprender e nos preparar: como as entidades da sociedade civil podem aprender a lidar com estes recursos? Ademar: é fundamental apresentar um projeto no início do ano para o restante.

O nosso orçamento é para operar com quem vai trabalhar desenvolvimento sustentável, e a Economia Solidária é um ator importante.

Para terminar, quero reafirmar a importância do FBES, e queremos que esta aproximação aconteça a cada vez mais, e como fortalecer as atividades do FBES.

Quenes (Secretaria Geral da Presidência)

A nossa secretaria tem sido orientada pelo presidente Lula da importância da relação com os movimentos sociais. Sempre afirmamos que a SENAES é nossa linha mestra para as políticas de Economia Solidária. Nossa secretaria nunca pensa sozinha, mas sempre em parceria com os ministérios.

A problemática colocada pelo Ademar é muito importante, e afeta quase todos os órgãos do governo. Tudo o que tem a ver com diálogo de governo com movimentos sociais está sendo muito afetado, e estamos tentando alterar. Há dificuldades da máquina pública, mas é o que temos, e não tem como fingirmos que não existem.

Já conseguimos fazer 49 conselhos, e isso mostra o desejo forte do governo em trazer os setores desprivilegiados para dizerem como querem que sejam as políticas públicas. E queremos trabalhar nos próximos 2 anos ainda nesta linha, sem fazer mágica, mas se olhando olho no olho.

Vou dar um exemplo da ofensiva: já há um deputado que pediu prestação de contas e investição do evento presidencial de diálogo com os movimentos sociais que aconteceu no dia 26.

O seminário, com certeza, acontecerá, e está sendo organizada não por nós da presidência, mas pelo planejamento. É prerrogativa do governo resolver o problema do repasse de recursos públicos para a sociedade civil.

Sobre o caso do leite: estivemos em vários dos debates do MAPA e MDA que estavam tentando resolver o problema do leite, que se originou de grandes empresas leiteiras que estavam se sentindo incomodadas pelo apoio aos pequenos produtores, que estavam se fortalecendo e construindo cooperativas e federações.

Lula não vai desistir das ações sociais, mas não conseguiremos resolver os problemas de séculos em 8 anos de governo, mas é fundamental cobrarem e espaços como o FBES terem sua agenda e qualificarem suas demandas para pressionar.

Nunca trabalhamos sozinhos, mas sempre com as secretarias e ações finalísticas.

Queremos parabenizar mais uma vez esta nova etapa do FBES, e o fortalecimento que os empreendimentos estão tendo neste espaço.

J. Informes

Rosana

Feira da Bahia, de 11 a 14 de dezembro

Rose

O norte tem até 15 de dezembro a data para o encontro regional de comercialização do norte, que ocorrerá em Belém, dias antes do FSM09.

Regina

19 de dezembro haverá uma feira de economia solidária em Campina Grande

Daniel Sucupira

Na segunda e terceira semana de dezembro faremos as feiras regionais em minas gerais

Sylvia (RS)

Feira Estadual de ES, no RS, de 8 a 13 de dezembro, em Porto Alegre (haverá também reunião do Fórum Gaúcho)

Shirlei

Explicou um pouco sobre o desenho do projeto de comercialização (pegar com ela as infos)

K. Indicação do empreendimento representando a Região Sul na Coordenação Executiva

Fica definido que a região sul define, regionalmente, o nome de empreendimento solidário que representará a região Sul, quando achar adequado e da maneira que achar adequado. Assim que a região encaminhar o nome, este será incorporado imediatamente à Coordenação Executiva.

Um indicativo apontado por SC e PR é aproveitar o seminário regional de comercialização da região sul, mas RS manifestou que não concorda.

L. Avaliação

Que pena...

- que o encontro foi pouco
- que muitas pessoas pensaram somente no seu umbigo
- que tinha muito fumante
- que não fizemos caminhada nos ministérios
- que não fizemos uma carta para a sociedade desta Reunião
- que a situação do estado de SC foi tão grave
- que nosso companheiro do MA sofreu um acidente
- que pessoas perderem vãos e não participaram deste momento de esperança

que não vieram pessoas do AP
que acabou!

Que bom...

que fomos muito bem alojados, nesta ótima estrutura e gente muito legal
que todos os momentos difíceis que a gente encontra, sabemos resolver com muita alegria, contando piada, história, fazendo dos momentos tristes momentos alegres
que saímos daqui sabendo o que queremos e onde queremos chegar, por um novo modelo de desenvolvimento
que temos nossa nova coordenação executiva
que temos um GT de gênero e ES
que haja espaço para sermos cada vez melhores
que concluímos todo o processo da IV Plenária

Que tal...

Para mudar o mundo, o amor de todo mundo. O amor de todo mundo, para mudar o mundo
na próxima vierem empreendimentos que sejam realmente empreendimentos
na próxima reunião se ficarmos neste local, com tanta mata e ar puro, fazer uma caminhada e mística lá fora
na próxima reunião ter televisão, internet e telefone
termos mais tempo para descansar
termos o resultado daquilo que estamos construindo
termos trabalhadores e não divisão em segmentos da economia solidária

M. Anexos

M.1. Texto do Grupo 3 para reflexão

Subsídios para uma reflexão sobre nossa relação com os Movimentos Sociais¹

Estamos em um momento político não favorável em que para conseguirmos avanços na proposição e implementação de políticas públicas além da criação de um marco regulatório favorável que possam institucionalizar a Economia Solidária enquanto política pública. Diversas falas durante essa reunião convergiram para uma leitura de que há necessidade da definição de uma demanda clara, e com pressão social suficiente para forçar a inserção dessas temáticas na pauta governamental.

A estratégia de pressão, contudo, é um posicionamento político que pode assumir diversas matizes a partir das estratégias adotadas, sobretudo se levarmos em conta todos os atores da Economia Solidária, mesmo os não articulados em Fóruns. Podemos elencar no Movimento posicionamentos em diversos tons:

- * Esperança na efetivação de ações articuladas junto ao governo;
- * Construção de espaços de reivindicação/ pressão em espaços de diálogo bilaterais;
- * Definição de estratégias para dar visibilidade à Economia Solidária mostrando seu tamanho e potencial aos órgãos governamentais como instrumento de pressão;
- * Necessidade de articulação com ações de outros movimentos em diferentes perspectivas:
 - Criar ações pontuais em pontos convergentes no sentido de dar mais 'massa' às reivindicações do movimento;
 - Criar estratégias mais duradouras de luta conjunta em pautas de convergência;
 - Posição de ruptura com a política do atual governo;

¹ autoria de Máira Rocha com base no debate do grupo 3

- * Como pano de fundo para essa questão, destacam-se avaliações divergentes com relação às perspectivas de desenvolvimento da Economia Solidária:
 - Avaliação de que não há como avançar na construção da Economia Solidária como outro modelo de desenvolvimento no cenário político atual;
 - Avaliação de que há possibilidade de conquistas em um nível satisfatório para a construção da Economia Solidária enquanto modelo de desenvolvimento;

Além disso há a questão de que a Economia Solidária enquanto modelo de desenvolvimento não se coloca para boa parte de nossa base social, numa percepção de que as respostas às questões materiais e imediatas dos empreendimentos, por um lado são suficientes para a sustentabilidade da Economia Solidária e por outro, que estas não dependem de ação política para conquista de resultados.

Nesse pano de fundo, o grupo 3 avalia que ainda temos muito a avançar, pois ao propor interação de ações da pauta da Economia Solidária para os movimentos, temos que ter clareza de quais são nossas pautas, como as apresentamos aos nossos interlocutores, para levá-las de forma clara e coerente com o acúmulo da discussão coletiva o que é fundamental para imprimir seriedade no diálogo e à visão externa com relação ao nosso Movimento.

Assim, como o contexto nos incita a um avanço rápido em direção à articulação dos movimentos, teremos que aprender a caminhar caminhando. Nesse sentido, nos cabe uma avaliação ponto a ponto, Movimento a Movimento das nossas condições de posicionamento em um processo crescente de construção que passa por:

- * Clareza interna no FBES e no Movimento de Economia Solidária sobre cada pauta em discussão e de como propô-la aos atores externos ao movimento;
- * Conhecimento real da pauta do interlocutor (e não somente dos pontos confluentes, sem isso podemos nos surpreender com o estabelecimento de alianças com movimentos que carregam também pautas contraditórias às do FBES);
- * O esforço de buscar um processo de definição de prioridades no estabelecimento de parcerias, alianças, apoios e ações articuladas, priorizando também de acordo com nossas bandeiras, o contexto e as oportunidades reais, quais movimentos devem ser envolvidos nessa estratégia e em que tempo.
- * Mapear e divulgar aos Fóruns locais de forma consistente (apontando claramente onde se encaixa em nossa pauta), o leque de articulações em curso que têm confluência com as pautas eleitas pelo FBES e as ações de fortalecimento dessas pautas em curso nos demais Movimentos e/ou iniciativas de outros FEES para possibilitar articulações na base permitindo capilaridade e massificação efetiva das ações estratégicas;
- * Mapear, estudar estrategicamente e priorizar dentre as propostas em curso no nosso movimento e nos afins as que contribuam para um marco regulatório favorável à Economia Solidária e aos empreendimentos para a construção de articulações para dar corpo ao processo de reivindicação/ negociação junto ao poder público.

M.2. Mesa de diálogo com outros movimentos: pontos de convergência e perspectivas

No dia 28 de novembro de 2008, ocorreu um momento importante de diálogo entre o FBES e representantes de movimentos sociais e entidades da sociedade civil. Estavam representados os seguintes:

- * Marcha Mundial de Mulheres (Neneide-RN)
- * MST (Ciro)
- * Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar – FBSAN (Maria Emília – RJ)
- * Articulação Nacional de Agroecologia – ANA (Maria Emília – RJ)
- * Fórum de Educação de Jovens e Adultos – Fórum EJA (Leila – DF)
- * Fórum de Articulação pelo Comércio Ético e Solidário – FACES do Brasil (Fabíola – SP)

Pontos de convergência apontados no debate:

- * Luta pela Lei que institucionaliza o Programa de Aquisição de Alimentos (garantir pelo menos um bilhão de reais para este programa, por Lei), destinado à alimentação escolar e doações por cestas básicas.
- * Luta pela Lei que garante que pelo menos 30% da alimentação escolar de escolas públicas seja adquirida de agricultura familiar, local, agroecológica (já foi aprovado pela câmara: está no senado).
- * Aliança, entre FBES, FACES, ANA e MST, sobre “acesso a mercado” ou “comercialização solidária”, tanto nas trocas de experiências como na proposição, incidência e mobilização por políticas públicas neste campo (perspectiva de GT misto sobre comercialização solidária?).
- * Aliança FBES, FBSAN e ANA na luta por políticas e reconhecimento das finanças solidárias, especialmente fundos rotativos solidários e bancos comunitários
- * Gestão das informações: fazer um farejador integrado (e outras ferramentas de gestão da informação) entre agroecologia e economia solidária
- * Aliança FBES e MMM (e outros movimentos de mulheres, como as Margaridas e a Rede Economia e Feminismo?) sobre Economia Solidária e mulheres (GT misto sobre gênero?)
- * Aliança FBES, MMM, ANA, MST e FBSAN sobre Segurança e Soberania Alimentar.
- * Aliança FBES, MST, FBSAN, ANA, MMM e outros (tais como software livre, juventude, etc) no debate mais amplo, político e estratégico, de transformação social no contexto da crise, abordando Reforma Agrária, Reforma Urbana, Soberania Alimentar, Economia Solidária, etc., e ação mais efetiva com relação poder constituído e o Estado e questionamento do modelo atual de desenvolvimento e de organização da sociedade
- * Interlocução dos Fóruns Locais de Economia Solidária com os Assentamentos do MST e de outros movimentos de luta pela Reforma Agrária, para avançar na articulação sobre comercialização, acesso a mercados e autogestão no campo, entre outros.
- * Luta pelo reconhecimento da propriedade coletiva como direito (especialmente diálogo com populações tradicionais e agroextrativistas)
- * Articulação dos Fóruns Locais de Economia Solidária com os Fóruns Estaduais/Municipais de EJA.
- * Aliança FBES e Fórum EJA para incorporação da Economia Solidária nos currículos e temas da EJA junto a trabalhadores, e para incorporação das metodologias da educação popular nas ações formativas do FBES
- * Aliança FBES e Fórum EJA na consolidação de rede de formadores em Economia Solidária
- * Aliança pelo fim dos latifúndios: latifúndio de terra, de saber, de conhecimento, de meios de produção.
- * Realização de campanha FBES e FACES pelo consumo consciente e divulgação para a sociedade do Consumo Consciente e Comércio Justo
- * Aliança FBES e FACES no campo de incidência pela aprovação de políticas públicas de apoio e fomento rumo a uma Política de Comercialização Solidária, especialmente nos seguintes campos:
- * Marco regulatório tributário, sanitário e licitatório;
- * Políticas de incentivo e subsídios para a Economia Solidária, especialmente nas compras públicas
- * Regulamentação do Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário
- * Perspectiva do FBES se incorporar à nova estrutura do FBSAN que será debatida no primeiro semestre de 2009
- * Debates FBES e FBSAN sobre biodiversidade, nutrição, cultura e alimentação.
- * Debates FBES, ANA e FBSAN sobre Educação Ambiental e Alimentação.
- * Debates FBES, ANA e FBSAN sobre agrocombustíveis

M.3. Síntese do relatório financeiro

FORTALECIMENTO DO FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA – FASE III

Projeto Nº 7526/5015 – Convênio Cáritas Brasileira e Fundação Banco do Brasil

Síntese Relatório Financeiro

O atual Projeto de Fortalecimento do FBES – Fase III, é um convênio estabelecido entre a Cáritas Brasileira e a Fundação Banco do Brasil, no valor de R\$ 518.085,57 (quinhentos e dezoito mil, oitenta e cinco reais, cinquenta e sete centavos).

A execução desse projeto foi prevista para um período de 08 (oito) meses, de fevereiro a outubro/2008, sendo que a vigência do mesmo é de 12 (doze) meses, a partir da assinatura do convênio.

No mês de Setembro/2008, foi pedido à Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES o Aditamento do Projeto, no valor de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), para o item 3. Passagens aéreas que serão utilizadas para a VIII Reunião da Coordenação Nacional de Economia Solidária.

Para a VIII Reunião da Coordenação Nacional de Economia Solidária (2008), garantimos a importância de R\$ 34.371,04 destinados à alimentação e hospedagem e R\$ 19.560,00 (dezenove mil, quinhentos e sessenta reais) para passagens aéreas de 20 agricultores familiares via projeto entregue no Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA. Outro recurso foi no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) que serão utilizados para passagens aéreas via projeto do Fundo Nacional de Solidariedade – FNS.

Previsão de Gastos para a VIII Reunião da Coordenação Nacional do Fórum Brasileiro de Economia Solidária:

VIII Reunião da Coordenação Nacional do FBES: 27 A 30/11/08	
Organização do Evento (hospedagem, alimentação, material do evento e traslado)	34.371,04
Passagens aéreas	99.560,00
Total	133.931,04

Brasília-DF, 07 de novembro de 2008

Secretaria Executiva do
Fórum Brasileiro de Economia Solidária

M.4. Deliberações da I Reunião do GT de gênero do FBES

M.4.1. Sentidos e Objetivos

- * Um pouco da história da discussão de gênero no FBES. O marco da IV Plenária do FBES. O processo de discussão nos FEES, aumento da representação das mulheres e seu efeito na Coordenação Nacional e Executiva.
- * Não perder esse sentido na necessidade de visualizar a participação e o lugar das mulheres, seus saberes, suas demandas, na ES e no FBES.
- * O GT gênero é um lugar de trocas de conhecimento, de formação, estudo e reflexão visando contribuir no debate na produção de conhecimento sobre o mundo do trabalho e as mulheres, direitos econômicos das mulheres na ES.
- * Há compreensões: algumas que tem que ser um espaço de mulheres e outras que defendem a participação dos homens no processo de transformação;
- * Fortalecimento da ação da assessoria aos grupos de mulheres;

- * O GT gênero deve ter uma interlocução com a Coordenação Executiva: definição de prioridades e monitoramento.
- * O GT gênero deve também articular com outros GTs
- * O fortalecimento dos GTs de gênero nos estados – Formação;
- * Fortalecer as alianças e parcerias com o movimento de mulheres e feminista nos estados e nacional;

M.4.2. Estratégias de ações

SUGESTÕES	AGENDA
Inserir na agenda feminista as questões da Economia Solidária	- 8 de Março se junta ao movimento de mulheres
	- Visibilizar o dia 15 para trazer a questão da economia solidária gênero;
Inserir temas que façam a liga com o movimento feminista	Violência Sexual e doméstica;
	Direitos Econômicos das mulheres
	Consumo – Mercantilização do corpo das mulheres
	Divisão Sexual do Trabalho
Produção de conhecimento	Produção de uma cartilha “mulheres e Economia Solidária”
	Utilizar os instrumentos do FBES – Site, biblioteca, informes, bibliografias
FÓRUM SOCIAL MUNDIAL – Belém – Janeiro - 2009	Realizar em parceria com a Rede Economia e Feminismo, uma oficina no FSM
	Produzir material para fortalecer nossa identidade com estas questões: Bandeira? Camisetas?

M.5. Participantes da VIII Reunião da Coordenação Nacional

<i>Fórum Estadual, Entidade Nacional ou instância</i>	<i>Nome</i>
MT	Altamira Generosa
MA	Amilson Cardoso
Rede de ITCPs	Ana Mercedes Icaza
PB	Ana Regina Pinto
RO	Andréa Cristiane Mendes
CE	Andrea Maria Pessoa
UNISOL	Arildo Mota Lopes
SC	Bruno Werner Schmidt
MA	Carlos Antonio Pereira
AC	Carlos Omar Silva
UNICAFES	Christiane Almeida
Secretaria Executiva	Claudia Lima
Unitrabalho	Clovis Vailant

<i>Fórum Estadual, Entidade Nacional ou instância</i>	<i>Nome</i>
SE	Daniel Silva
MG	Daniel Sucupira
Secretaria Executiva	Daniel Tygel
AL	Denise Santos
apoio	Deusdete de Oliveira
AM	Deusdeth Silva
DF	Domingos Olimpico
PB	Edinaldo Barbosa
PR	Edison Costa
AC	Edivaldo Paes
RJ	Ellen Mazzei
RN	Emerson Cenze
SC	Erika Sagae
Secretaria Executiva	Fernanda Nagem
RN	Francisca Eliane Viana
MG	Francisca Maria Silva
TO	Gildene Carvalho
Rede Gestores (SUL)	Giselle Moura Schnorr
PE	Graciete Santos
TO	Iracy Souza
Rede Gestores (SE)	Izafde José Zica
RR	Jaqueline Vanzeler
PA	Joana Palheta
MG	Joao Nascimento
RS	Jose Carlos Peranconi
TO	Jose Celso Carbonar
BA	Leide Santos
RO	Leni Souza
PE	Lenivaldo Lima
PR	Leocilia Silva
MS	Lilian Silva
Rede Gestores (NE)	Livia Freitas
BA	Luciene Andrade
ANTEAG	Luigi Verardo
SP	Maíra Rocha
AC	Marcia Lima
AL	Marcos Acioly
Rede Gestores (Nacional)	Marcos Arcanjo Silva
RO	Marcos Augusto Sussuarana
DF	Maria Aparecida Ferreira Pinto
SE	Maria Augusta Silva
AM	Maria do Perpetuo Socorro
PI	Maria dos Remédios
Rede Gestores (NE)	Maria Evany Amorim
PB	Maria Ivanize Lima
RR	Maria Lidia Vasconcelos

<i>Fórum Estadual, Entidade Nacional ou instância</i>	<i>Nome</i>
MA	Maria Luiza Mendes
GO	Maria Odilia Rogado
MS	Maria Silvaneide Nascimento
RR	Maria Souza
ES	Marilene Ost
RS	Milton Jose Pantaleão Junior
TO	Munique Daniela Oliveira
GO	Nelson Moraes
AM	Neuda Maria Lima
ES	Otniel Aquino
CE	Reginaldo Figueiredo
SP	Renato Martins
Rede Gestores (SE)	Reynaldo Sorbille
PACS	Rita de Cassia Santos
Cáritas Brasileira	Rodrigo Pires
MT	Rogério Costa
Secretaria Executiva	Rosana Kirsch
BA	Rosana Oliveira
PE	Rosana Souza
GT-RI	Rosemary Gomes
AL	Rosimery Cavalcante
CE	Sandra Magalhaes
Rede Gestores (Nacional)	Sandra Nishimura
Rede Gestores (Nacional)	Sandra Praxedes
MS	Sebastiana Jesus
IMS	Shirley Almeida
SC	Silvio Antonio Diehl
PR	Sonia Maria do Nascimento
RJ	Sonia Silva
RS	Sylvia Severo
DF	Teobaldo Rocha
MT	Urbano Sene